



MUNICÍPIO DE POMBAL

Cópia de parte da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Pombal nº0013/CMP/22, celebrada em 23 de Junho de 2022 e aprovada em minuta para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7.1. Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas de 2021

Foi presente à reunião a informação n.º 22/DAFM/22, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 17-06-2022, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas de 2021

Exmo Sr. Presidente

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do Art.º 76.º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal de modo a serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Art.º 75.º da referida Lei, define as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

No sentido de acautelar a devida prestação de contas dos municípios, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro) publicou a NCP 22, com o objetivo de prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

Fazem parte do perímetro de consolidação para o ano de 2021, o Município de Pombal, como entidade consolidante, e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.. O conjunto das duas entidades designa-se por Grupo Público.

À luz do n.º 7 do Art.º 75.º, conjugado com os modelos de demonstrações de relato consolidados definidos no SNC-AP, e de acordo com o Anexo D1 da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas publicado no DR a 06 de março, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras consolidadas:

- *Balanço consolidado;*
- *Demonstração de resultados por natureza consolidado;*
- *Demonstração dos fluxos de caixa consolidado;*
- *Demonstração das alterações no património líquido consolidado;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Anexo às demonstrações financeiras consolidadas;*

Todos estes documentos fazem parte integrante do Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas do ano de 2021, que se anexa, devendo ser submetido ao Órgão Executivo para sua aprovação.

A versão draft da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Auditor Externo do Município, encontra-se anexa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, que será vertida na versão definitiva, após a aprovação das contas pelo Órgão Executivo.

De igual de modo se submete em anexo, uma nota introdutória que resume de forma sucinta as contas consolidadas.

Nestes termos propõe-se que, em conformidade com o disposto no n° 2 do Art° 76° da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, do ano de 2021, seja submetido ao Órgão Executivo no sentido de deliberar aprovar as contas consolidadas de modo a serem submetidas à apreciação do Órgão Deliberativo."

A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal.



Município de Pombal

Divisão de Administração e Finanças

INFORMAÇÃO

À reunião.

20-06-2022
Presidente

(Pedro Pimpão - Lic)

Assunto: Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas de 2021

Exmo Sr. Presidente

Em cumprimento do estabelecido no nº 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal de modo a serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Artº 75º da referida Lei, define as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

No sentido de acautelar a devida prestação de contas dos municípios, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro) publicou a NCP 22, com o objetivo de prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

Fazem parte do perímetro de consolidação para o ano de 2021, o Município de Pombal, como entidade consolidante, e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.,. O conjunto das duas entidades designa-se por Grupo Público.

À luz do nº 7 do Artº 75º, conjugado com os modelos de demonstrações de relato consolidados definidos no SNC-AP, e de acordo com o Anexo D1 da Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas publicado no DR a 06 de março, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras consolidadas:

- Balanço consolidado;
- Demonstração de resultados por natureza consolidado;
- Demonstração dos fluxos de caixa consolidado
- Demonstração das alterações no património líquido consolidado;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas;

Todos estes documentos fazem parte integrante do Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas do ano de 2021, que se anexa, devendo ser submetido ao Órgão Executivo para sua aprovação.

A versão *draft* da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Auditor Externo do Município, encontra-se anexa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, que será vertida na versão definitiva, após a aprovação das contas pelo Órgão Executivo.

De igual de modo se submete em anexo, uma nota introdutória que resume de forma sucinta as contas consolidadas.



Município de Pombal

Divisão de Administração e Finanças

Nestes termos propõe-se que, em conformidade com o disposto no n.º 2 do Art.º 76.º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas consolidadas, do ano de 2021, seja submetido ao Órgão Executivo no sentido de deliberar aprovar as contas consolidadas de modo a serem submetidas à apreciação do Órgão Deliberativo.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

(Joaquim Alberto R. Gonçalves)



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS ANO ECONÓMICO DE 2021

Exmo Sr. Presidente

Apresenta-se de seguida e de forma sucinta as Contas consolidadas, relativas ao ano económico de 2021.

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

Em cumprimento do estabelecido no nº 2 do Artº 76º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro, impõe-se que submetamos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, na sua terceira sessão ordinária de Junho, os documentos de prestação de contas consolidadas.

2. REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A Lei 73/2013 de 03 de Setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais define, no seu Artº 75º, as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

O DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, estabelece, no nº 3 do Artº 7º que, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais

3. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 2021, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação, desde 2015.

Nestes termos, e de acordo com o referido Artº 75º, promoveu-se a consolidação das contas de 2021, com a única entidade incluída no perímetro de consolidação do Município, a **PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.**

4. ANALISE ECONÓMICA CONSOLIDADA

De forma sucinta, se demonstra a estrutura e evolução de 2020 para 2021, dos gastos e rendimentos das entidades que integram o Grupo Público, Município de Pombal e PMUGEST, E.M, podendo ser consultada de forma mais detalhada, no Relatório de Gestão consolidado.

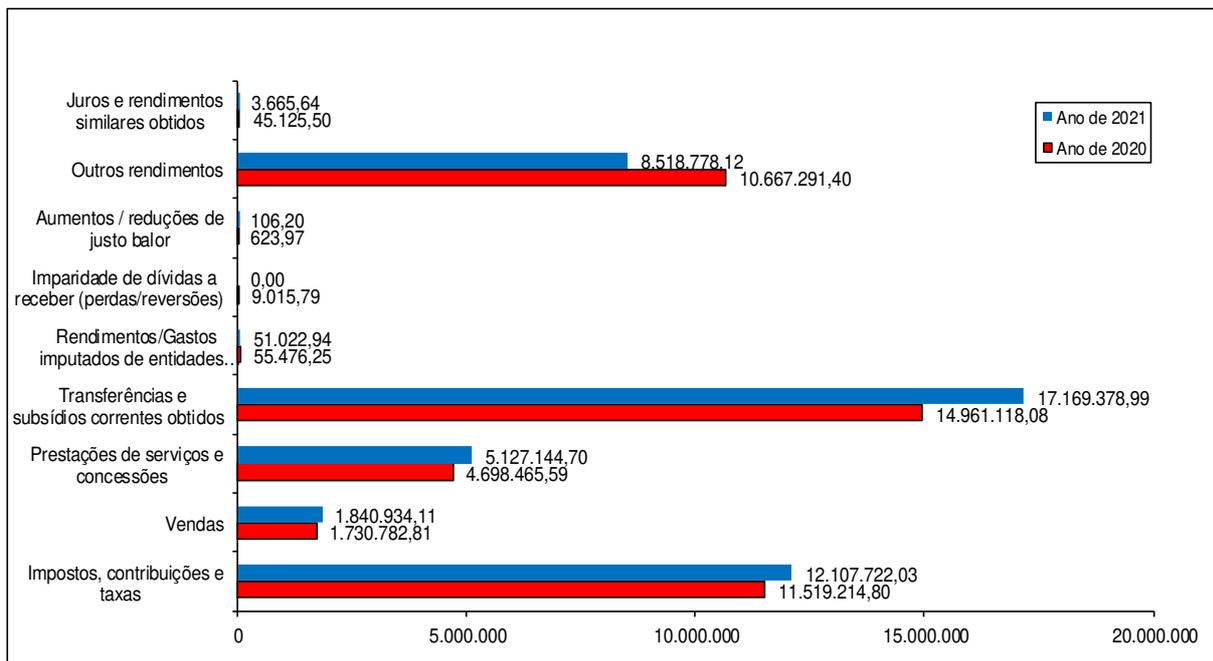
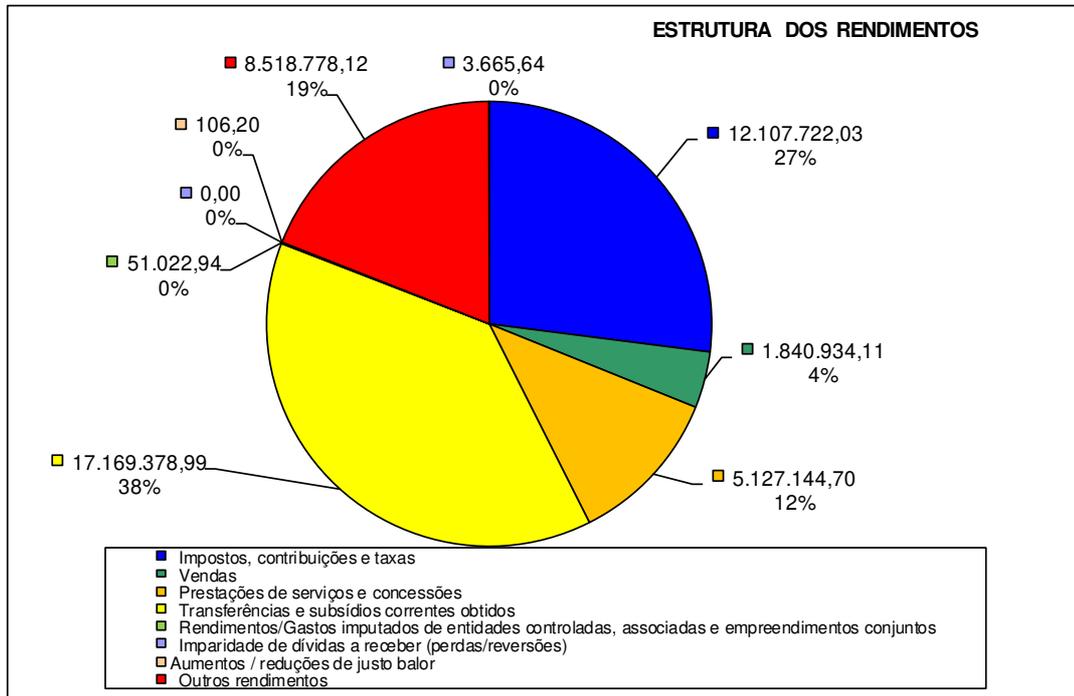
4.1. Estrutura e evolução dos Rendimentos

Os Gráficos seguintes representam a estrutura e evolução dos Rendimentos consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados por Natureza.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças



O total dos rendimentos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os rendimentos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de € 44.818.752,73. Em relação a 2020, tiveram um aumento de 2,59%.

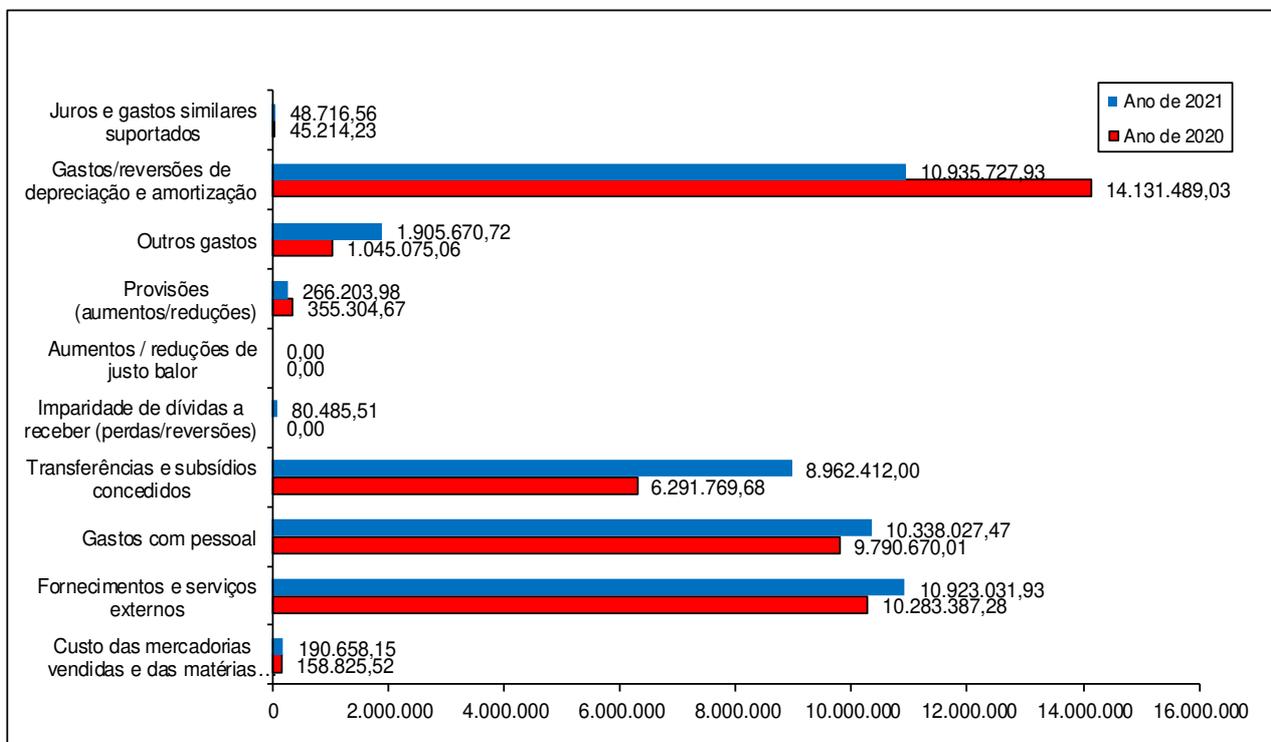
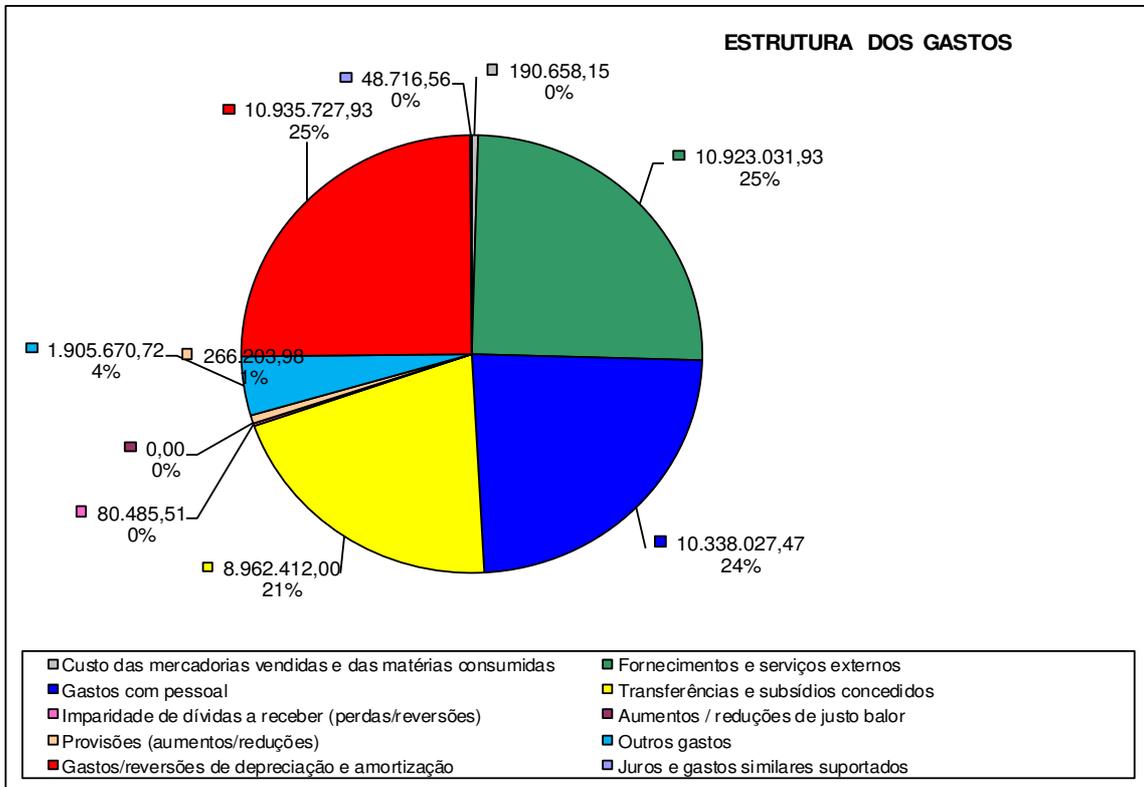
Quanto à entidade consolidada, os rendimentos totais de € 1.640.992,86, (deduzindo os movimentos de consolidação de € 994.537,08) têm um peso pouco relevante no total dos rendimentos consolidados (1,44%).



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças

4.2. Estrutura e evolução dos Gastos





MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças

O total dos gastos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os custos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de € 43.650.934,25, com um aumento de 3,68% relativamente a 2020.

O Município, com gastos de € 40.808.593,15, é a entidade que mais contribui para os gastos totais consolidados (93,5%).

4.3. Resultados

Os resultados a preços correntes e o Resultado Líquido consolidado, são os patentes no quadro abaixo.

uni: Euro			
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2020	2021	var. (%)
Total	15.716.956,47	12.148.597,33	-22,70
uni: Euro			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	2020	2021	var. (%)
Total	1.585.467,44	1.212.869,40	-23,50
uni: Euro			
Resultado antes de impostos	2020	2021	var. (%)
Total	1.585.378,71	1.167.818,48	-26,34
uni: Euro			
Resultado Líquido do Exercício	2020	2021	var. (%)
Total	1.578.515,13	1.161.866,79	-26,39

Numa análise mais sucinta, verifica-se que a descida nos Resultados, antes e depois das depreciações, contribuíram para a descida de 26,39% no Resultado Líquido consolidado, mantendo-se mesmo assim, com um resultado positivo de € 1.161.866,79.

Quanto à PMUGEst, aumentou o seu Resultado Líquido em 254,39% para o montante de € 61.118,63 mas, face aos valores envolvidos, insuficiente para impedir a descida no Resultado Líquido consolidado.

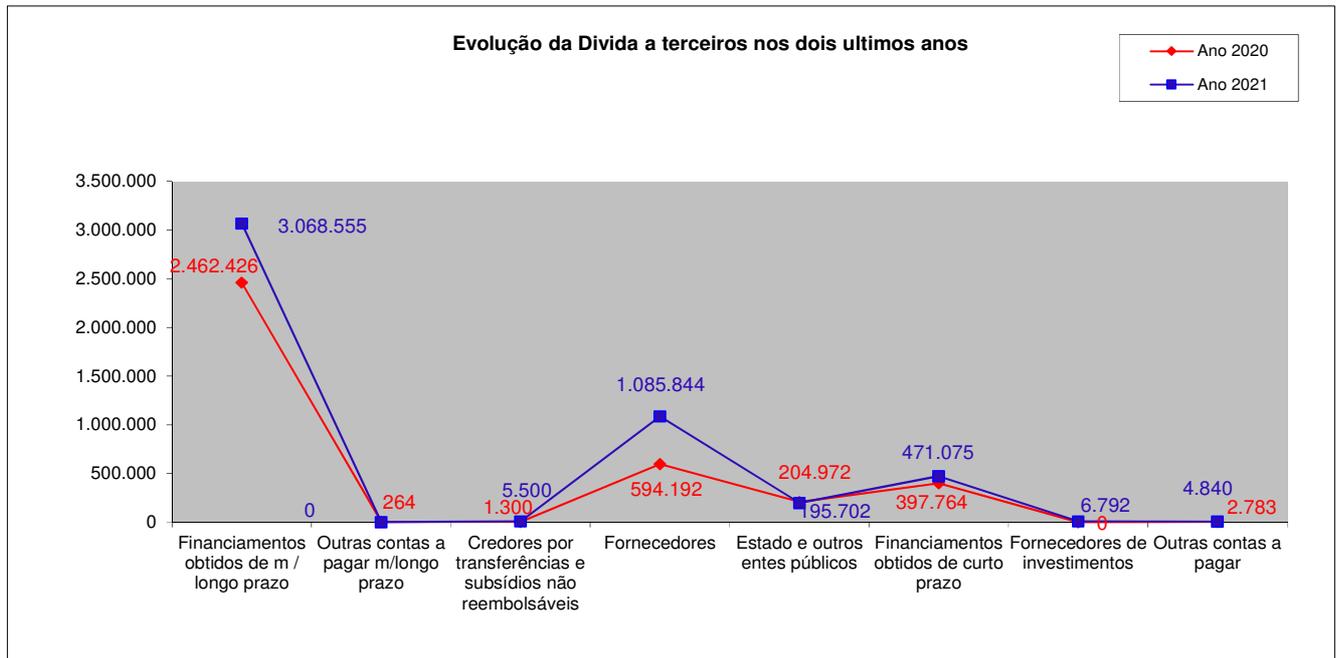
4.4. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se de seguida a evolução da dívida do grupo Público reportada no Balanço Consolidado dos últimos 2 anos, estruturada entre dívida a fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores, empréstimos de curto prazo e de médio/longo prazo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças



A dívida consolidada a terceiros de curto, médio e longo prazo foi de € 4.838.308. Verifica-se um aumento de € 1.174.606 relativamente a 2020, correspondente a uma subida de 32%.

A Dívida a fornecedores teve um aumento de € 491.652, muito devido ao aumento verificado no Município de Pombal, na dívida a fornecedores em receção e conferência, e o aumento na dívida de médio/longo prazo reporta à contratação do novo empréstimo bancário para financiamento de obras de saneamento.

No Relatório de Gestão consolidado pode-se consultar, de forma mais detalhada, a evolução da dívida no Grupo Público.

5. EVOLUÇÃO DO PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2021, o Grupo Público, apresentava o seguinte número de trabalhadores, afetos a cada uma das Entidades:

- Município de Pombal
- Número de Trabalhadores: 521

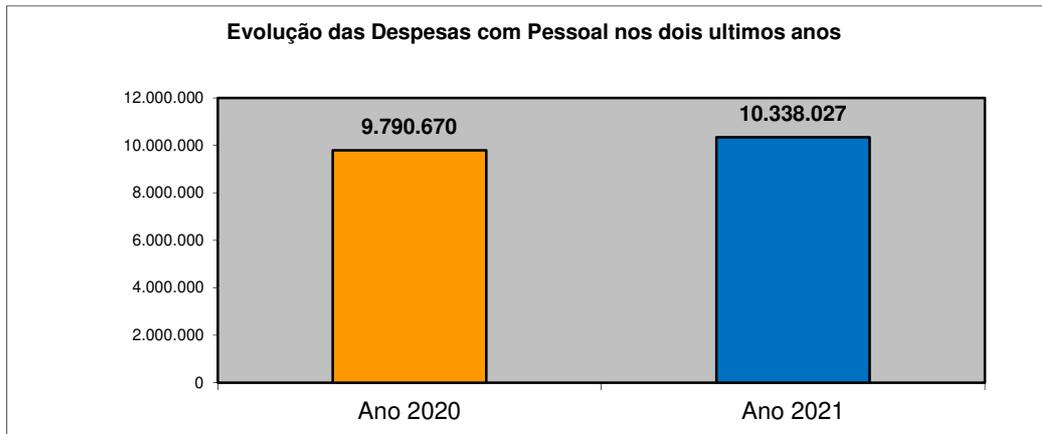
- Denominação: PMUGest, E.E.M.
- Número de Trabalhadores: 75

As despesas com Pessoal estão inscritas no mapa de Demonstração de Resultados Consolidados, na rubrica *Gastos com Pessoal*.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Divisão de Administração e Finanças



No capítulo dos gastos consolidados com pessoal, verificou-se um aumento de 5,59%.

O Município de Pombal, com gastos com pessoal de € 9.278.265 em 2021, teve um aumento de 5,05%, e a PMUGest com gastos com pessoal de € 1.059.762, teve um aumento de 10,57%.

6. FECHO

O Município de Pombal (entidade consolidante) procedeu à consolidação das suas contas, com as contas da PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

A consolidação foi efetuada de acordo com o novo normativo contabilístico SNC-AP.

O Balanço Consolidado, quando comparado com o Balanço do Município de Pombal, permite verificar o forte peso da entidade consolidante, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

De igual modo, se reflete esse peso nas demonstrações financeiras, com os rendimentos e gastos do Município, com a devida anulação dos rendimentos e gastos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, a representarem 99% dos rendimentos e gastos totais consolidados do Grupo Público.

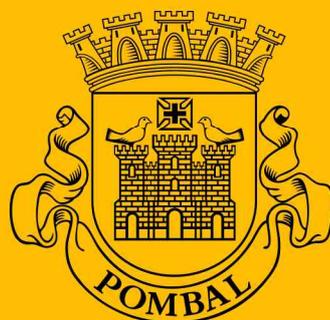
Fazendo uma análise a alguns indicadores financeiros, patente no Relatório Consolidado, conclui-se que o Grupo Público apresentou uma descida de 3.612 mil euros nos cash flows (meios libertos líquidos) e aumentou o Fundo de Maneio em cerca de 150 mil euros.

Nos indicadores de liquidez verificou-se uma redução, comparativamente a 2020, todavia, os ativos correntes continuam a suplantar os passivos correntes.

Município de Pombal, 15 de Junho de 2022

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(Joaquim Alberto Rodrigues Goncalves)



RELATÓRIO DE GESTÃO
**PRESTAÇÃO
DE CONTAS
CONSOLIDADAS**
2021

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	5
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL	6
1.2. MÉTODO, PROCEDIMENTO E PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO	8
2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA	9
2.1. ANÁLISE ECONÓMICA	9
2.1.1. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	9
2.1.2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS GASTOS.....	12
2.1.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	14
2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA	15
2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS.....	15
2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS.....	16
3. EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS COM O PESSOAL	19
4. OUTRAS DISPOSIÇÕES	20
4.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ATIVIDADE	20
4.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	20
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
5. BALANÇO CONSOLIDADO	22
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	23
7. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	24
8. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	25
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
9. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ..	27
10. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	28
10.1. VALORES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	29
10.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	30
10.2.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. .	30
10.3. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	35
10.4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE.....	36
10.5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	37
10.6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	39
10.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	39
10.8. INVENTÁRIOS.....	40
10.9. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	40
10.10. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	41
10.11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	41
10.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	43

10.13.	DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	43
10.14.	OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	43
10.14.1.	RENDIMENTOS E GANHOS	43
10.14.2.	GASTOS E PERDAS	44
10.14.3.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	44
10.14.4.	GASTOS COM PESSOAL.....	45
10.14.5.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	45
10.14.6.	COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2021.....	48
	ENCERRAMENTO	56
	TERMO DE APROVAÇÃO FINAL.....	56

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO**

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O relatório de gestão consolidado do Município de Pombal, do exercício de 2021, relata o estado e evolução da atividade do conjunto de entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do Município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, conseqüentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei 73/2013 de 03 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, define no seu Artº 75º as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

Assim, estabelece o Artº 75º da Lei 73/2013 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentem contas consolidadas com as entidades controladas ou participadas.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do setor público administrativo.

O sistema de Normalização contabilístico para as administrações públicas (DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria nº 47472010, de 15 de junho, que aprovou a orientação nº. 1/2010, como "orientação

genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim, no sentido de acautelar a devida prestação de contas dos municípios, o SNC-AP publicou a NCP 22, com o objetivo prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

O Município de Pombal, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituída por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências.

Nos termos da NCP 22 do SNC-AP, uma entidade controlada é uma entidade que é controlada por outra entidade, e o conjunto da entidade que controla e as suas entidades controladas designa-se por Grupo Público.

Tal como define o ponto 11 e 12 da NCP 22, uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade.

Assim, uma entidade controla outra entidade se, e apenas se, tiver cumulativamente:

- (a) Poder sobre a outra entidade
- (b) Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade; e
- (c) A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.

(b) Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas.

(c) Eliminar na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre

entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. MÉTODO, PROCEDIMENTO E PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração das demonstrações financeiras (balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa e outros elementos financeiros) da entidade consolidante com os respetivos elementos e demonstrações financeiras das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, que se designam por "*interesses que não controlam*"

Neste método, são eliminados do ativo, passivo e património todos os montantes que sejam recíprocos entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas, nomeadamente:

- » créditos e dívidas entre as entidades incluídas na consolidação;
- » Ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas entre as mesmas entidades.

Em resumo, o método de consolidação integral procura representar as demonstrações financeiras do grupo, como se de uma integração física se tratasse.

O Art. 7º do Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas – estabelece, em matéria de consolidação de contas o seguinte quanto ao perímetro de consolidação:

» Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26)

No caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo INE, em cumprimento do sistema Europeu de contas nacionais e regionais.

Dado que a PMU Gest EM (doravante PMU) não tem contabilidade orçamental faz com que o perímetro orçamental só englobe as contas do próprio município.

» Perímetro de natureza financeira (NCP 22)

De acordo com a NCP 22, as entidades que englobam o perímetro de consolidação financeira do Grupo Municipal, é o próprio Município e a empresa municipal PMUGest.

O método de consolidação aplicável é o método da consolidação integral.

Em 2021, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação desde 2015.

Entidade consolidante

Município de Pombal

Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal

NIF: 506334562

Número de Trabalhadores: 521

A atividade desenvolvida encontra-se relatada na íntegra no Relatório de Gestão e Prestação de Contas aprovado pelo Executivo Municipal e apreciado pela Assembleia Municipal, em abril de 2022.

Entidade consolidada

PMUGest, E.M.

Sede: Rua do Louriçal, 21 r/c, 3100-428 Pombal

Participação no capital: 100%

Número de Trabalhadores: 75

A atividade desenvolvida encontra-se relatada na íntegra no Relatório e Gestão aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2022.

2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

2.1. ANÁLISE ECONÓMICA

A análise que se segue, demonstra a estrutura e evolução de 2020 para 2021, dos custos e proveitos das entidades que integram o Grupo Público.

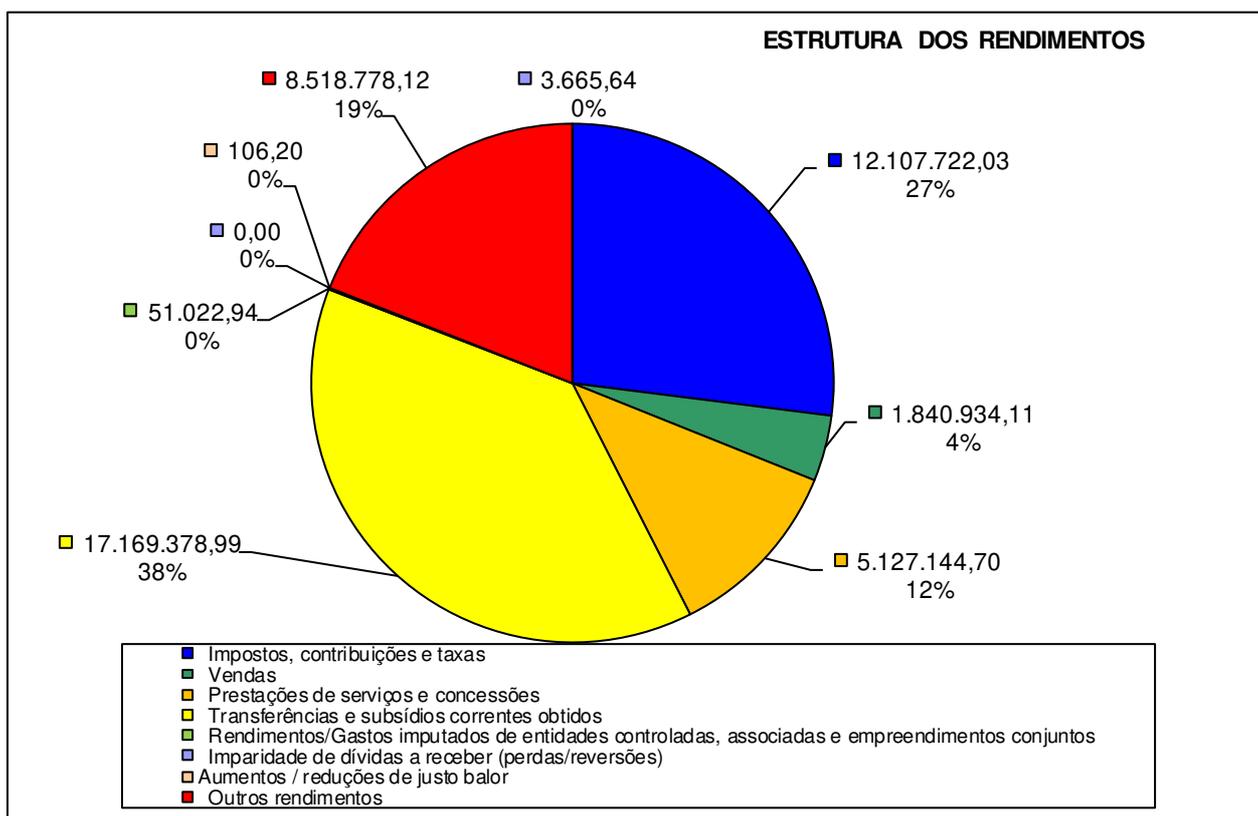
2.1.1. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS

No ano de 2021, os rendimentos consolidados foram de € 44.818.752,73.

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos rendimentos consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados por Natureza:

Gráfico - Estrutura dos Rendimentos



No gráfico, há que salientar o peso que as Transferências e subsídios correntes obtidos (€ 17.169.378,99), os Impostos, contribuições e taxas (€ 12.107.722,03) e os outros rendimentos (€ 8.518.778,12), assumem no total dos rendimentos, sendo responsáveis, por si só, por 84% dos rendimentos do Grupo Público.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Rendimentos Consolidados, comparativamente a 2020, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

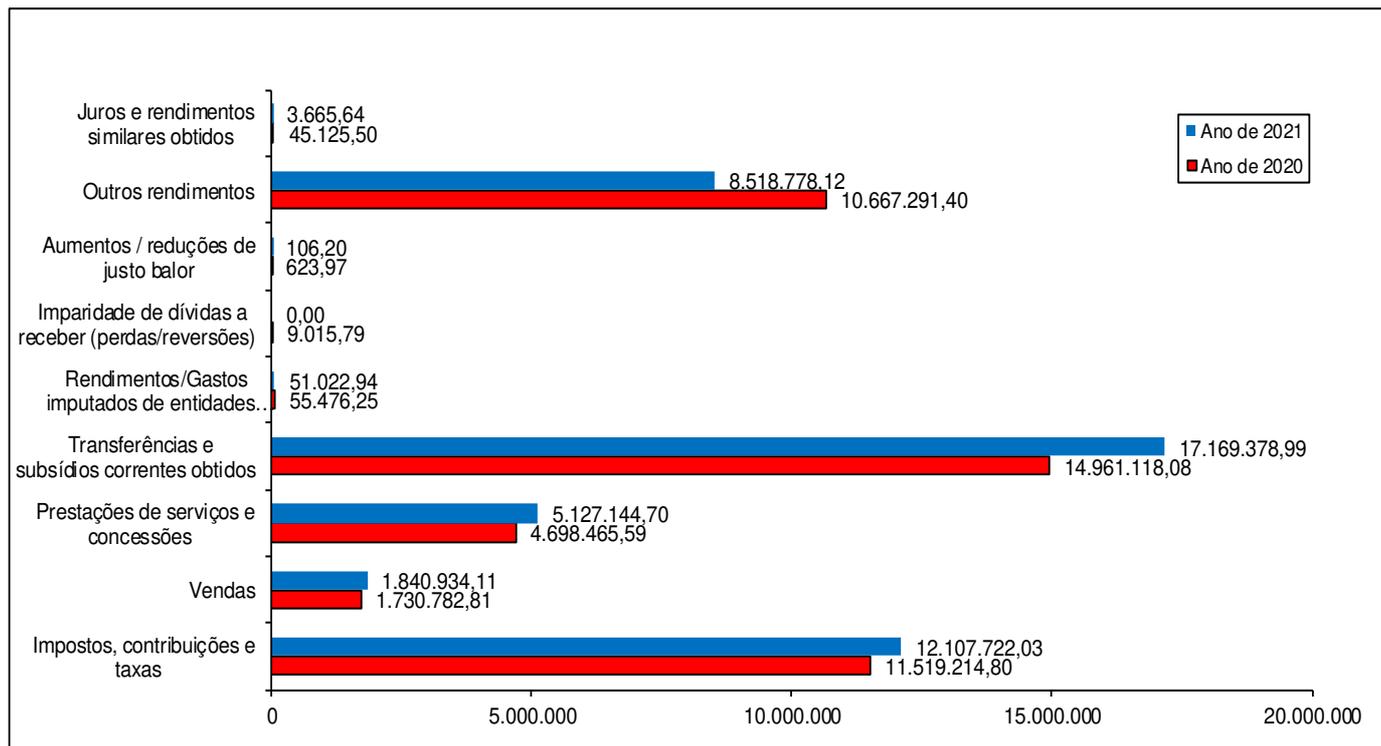


Gráfico - Evolução dos Rendimentos entre 2020 e 2021

O total dos rendimentos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os rendimentos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de € 44.818.752,73. Em relação a 2020, tiveram um aumento de 2,59%.

O Município, com rendimentos de € 44.233.415,58 (deduzido dos movimentos de consolidação), é a entidade que mais contribui para os rendimentos totais consolidados (98,7%).

De 2020 para 2021, verifica-se um equilíbrio em quase todas as rubricas, em que os desvios não são significativos. Todavia, importa destacar o aumento de 14,76% em Transferências e subsídios correntes obtidos, devido essencialmente ao reconhecimento da verba recebida do quadro comunitário para financiar a escola C+S Guia, no valor de € 1.377.467,11 que, por não ser propriedade do Município, foi reconhecido como rendimento do exercício.

No sentido inverso, verifica-se uma redução de 20,14% em Outros Rendimentos, resultado de correções no cálculo da quota dos rendimentos que financiam investimento, proporcionalmente ao valor da quota de depreciação, cujas vidas uteis não tinham sido acertadas em 2020, na transição do POCAL para o SNC-AP.

Em termos de valor, destacam-se as rubricas, *Impostos, Contribuições e Taxas* no valor de € 12.107.722,03, com um aumento de 5,11%, a pertencer em exclusivo ao Município de Pombal, de acordo com os poderes tributários colocados à sua disposição.

Quanto à entidade consolidada, os rendimentos totais de € 1.640.992,86, (deduzindo os movimentos de consolidação de € 994.537,08) têm um peso pouco relevante no total dos rendimentos consolidados (1,44%).

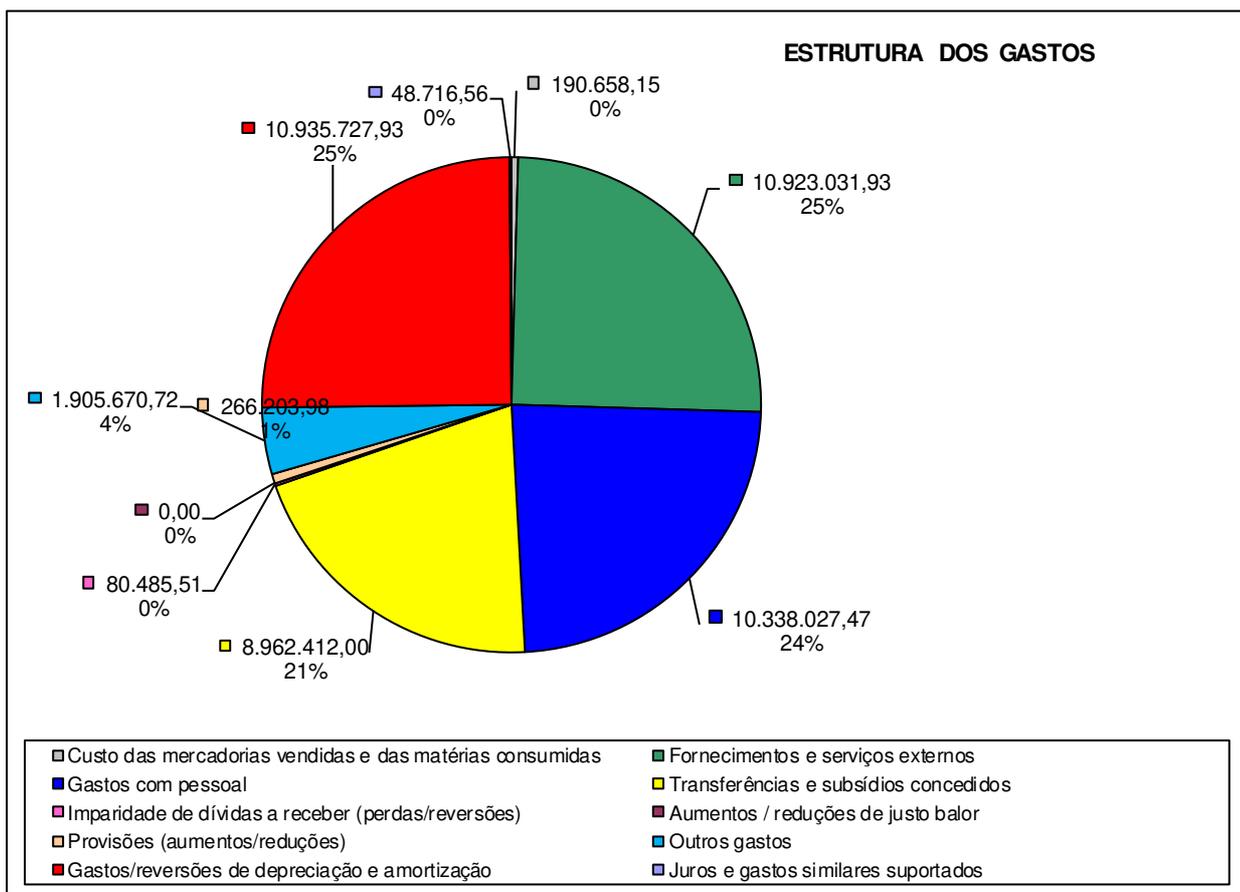
2.1.2. ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS GASTOS

ESTRUTURA DOS GASTOS

No ano de 2021, os gastos consolidados foram de € 43.650.934,25.

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Gastos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:

Gráfico - Estrutura dos Gastos



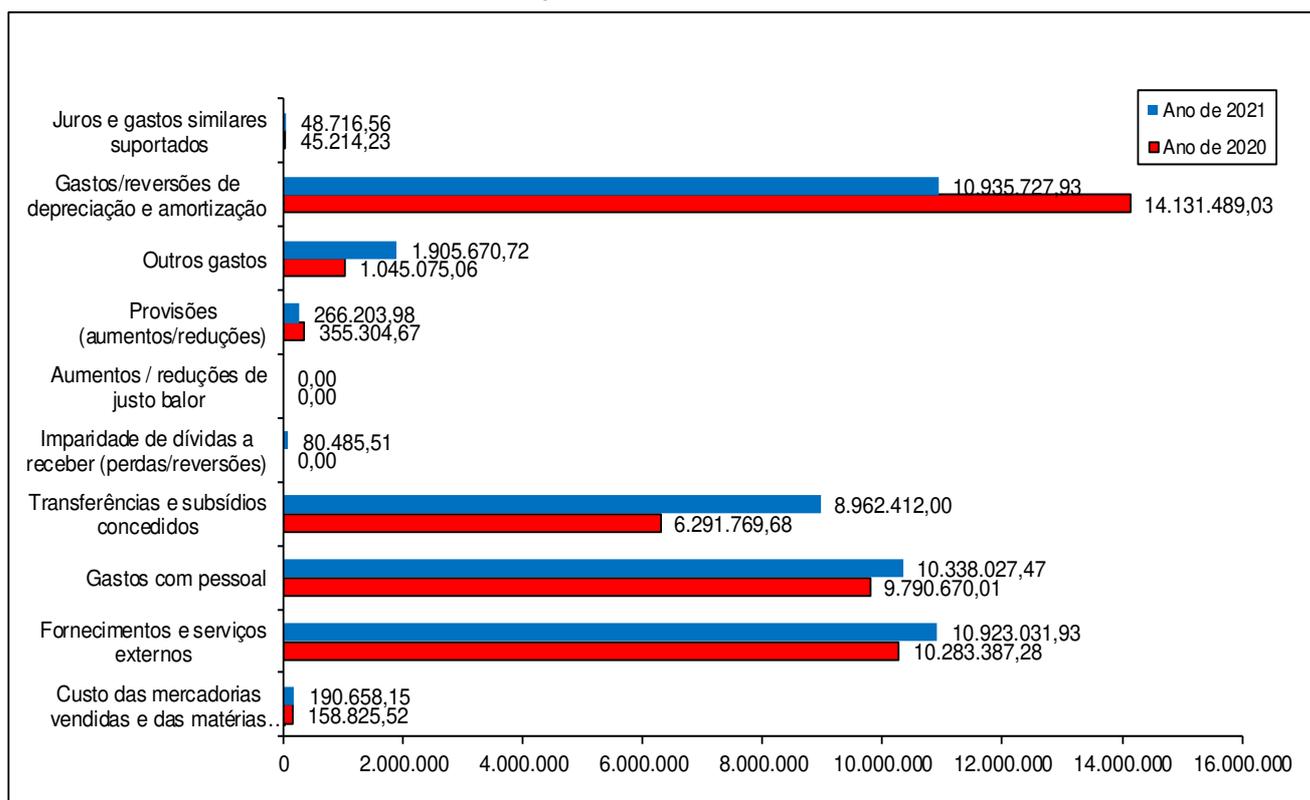
Da leitura do gráfico, percebe-se que os gastos com mais impacto no Grupo Público, são os Fornecimentos e Serviços Externos (€ 10.923.031,93) que, numa ótica orçamental, se designam como despesas correntes, bem como, os gastos com pessoal (€ 10.338.027,47), as depreciações\amortizações do exercício (€ 10.935.727,93) e as Transferências e subsídios concedidos (€ 8.962.412,00), estes últimos a pertencerem em exclusivo Município, no âmbito do quadro de apoios concedidos às diversas entidades do Concelho.

Em termos patrimoniais, as aquisições ou beneficiações em bens de investimento, inscritas no Balanço em Ativos Tangíveis, não reportam na totalidade para os gastos do exercício, mas apenas a sua quota de depreciação anual, apurada ao longo da sua vida útil.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Gastos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico - Evolução dos Gastos entre 2020 e 2021



O total dos gastos consolidados das duas entidades, Município de Pombal e PMUGEST, excluindo os gastos obtidos no relacionamento comercial entre ambas, foi de €

43.650.934,25. Comparativamente a 2020, tiveram um aumento de 3,68%, seguindo a tendência positiva verificada no capítulo dos Rendimentos.

O Município, com gastos de € 40.808.593,15 (deduzido dos valores de consolidação), é a entidade que mais contribui para os gastos totais consolidados (93,5%).

Destacam-se no gráfico acima, a redução dos gastos em -22,61%, no montante de € 10.935.727,93. Essa redução resultou dos acertos ao cálculo das depreciações que, em 2020 na fase de transição do POCAL para SNC-AP, tinham aumentado, indevidamente.

Quanto aos Gastos com Pessoal, verificou-se um aumento de 5,59%. Pela sua importância, serão avaliadas mais detalhadamente no ponto 3.

Quanto ao capítulo "Fornecimentos e Serviços Externos", no montante de € 10.923.031,93, tiveram um aumento de 6,22% em relação a 2020.

Para este aumento, contribuíram ambas as entidades, com o Município de Pombal, a aumentar os gastos neste capítulo em 7,10% e a PMUGEST, com um aumento de 28,59%, demonstrado nas suas contas individuais.

Para efeitos de Demonstração de Resultados, os valores ai constantes não decorrem de pagamentos realizados no ano, mas sim, os gastos imputados ao exercício, independentemente do seu pagamento, onde se destaca o valor estimado de encargos com férias, inscritos em 2021, cuja previsão de pagamento, ocorre no ano seguinte.

2.1.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

De seguida demonstra-se os resultados a preços correntes e o Resultado Líquido consolidado, patente na Demonstração de Resultados consolidados e a sua variação de 2020 para 2021.

Quadro - Evolução dos Resultados a preços correntes

uni: Euro			
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2020	2021	var. (%)
Total	15.716.956,47	12.148.597,33	-22,70
uni: Euro			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	2020	2021	var. (%)
Total	1.585.467,44	1.212.869,40	-23,50
uni: Euro			
Resultado antes de impostos	2020	2021	var. (%)
Total	1.585.378,71	1.167.818,48	-26,34
uni: Euro			
Resultado Líquido do Exercício	2020	2021	var. (%)
Total	1.578.515,13	1.161.866,79	-26,39

Os resultados antes de depreciações e gastos de investimento tiveram uma descida de 22,70% que resulta do aumento de 17,0% dos Gastos consolidados, superior ao aumento verificado nos Rendimentos consolidados, de 2,7%. Nos resultados operacionais, a descida de 22,6% nos Gastos de depreciação, atenuou a quebra nos resultados, todavia, não impediu a descida dos mesmos, relativamente a 2020, em 23,5%. As descidas verificadas nos resultados antes e depois das depreciações, contribuíram para a descida de 26,39% no Resultado Líquido consolidado, mantendo-se mesmo assim, com um resultado positivo de € 1.161.866,79.

Esta descida no Resultado Líquido consolidado deveu-se, exclusivamente, à descida de 26,39% no Resultado Líquido do Município de Pombal que, como já foi referido nas contas de 2020, se deveu à aplicação das novas regras contabilísticas do SNC-AP, nas transferências de capital dos fundos de Estado que transitaram dos Rendimentos para o Património Líquido.

Quanto à PMUGest, aumentou o seu Resultado Líquido em 254,39% para o montante de € 61.118,63 mas, face aos valores envolvidos, insuficiente para impedir a descida no Resultado Líquido Consolidado.

2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS

Apresenta-se de seguida, alguns indicadores Económico / financeiros.

Quadro - Indicadores Económico / Financeiros

Designações	Exercícios	
	2021	2020
(Fundo de Maneio)	11.931.913,06 €	11.781.884,50 €
(Cash Flow Estático (MLL))	12.444.284,21 €	16.056.293,04 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	19,04	23,88
1.2 Autonomia	0,95	0,96
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.Imob. em Fundos Próprios	1,02	1,03
2.2 Cobertura do A.Imob. em Capitais Permanentes	1,04	1,04
2.3 Peso Relativo do A.Imob. no Ativo Total	92,82%	93,18%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	2,94	3,17
3.2 Liquidez Reduzida	2,92	3,14
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	0,80%	0,80%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,66	0,68
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,99	0,99
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,30	0,24
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por P.L.	38,89	44,55

Como se pode verificar no quadro acima, a generalidade dos indicadores apresentados indicam uma descida em 2021, destacando-se:

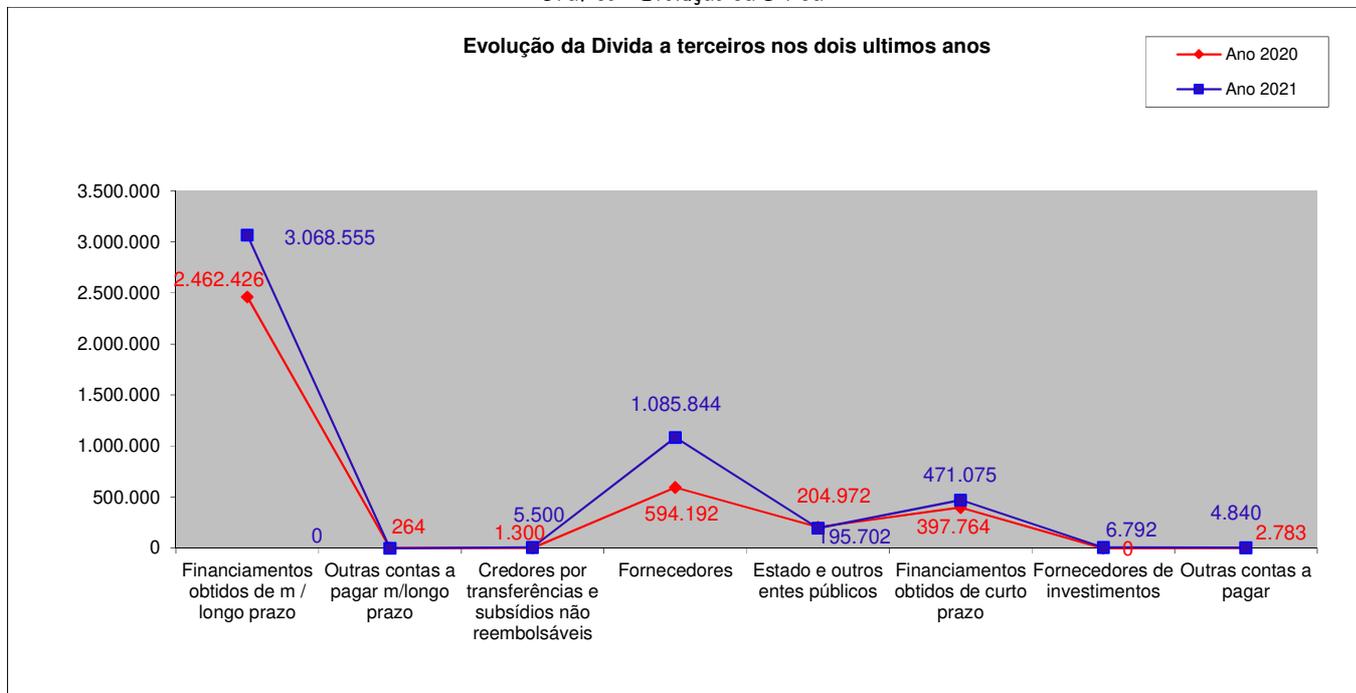
- descida dos cash flows (meios libertos líquidos), em cerca 3.612 mil euros, correspondente a uma descida de 22,50% face a 2020;
- descida do rácio da cobertura do passivo corrente pelo património líquido;
- descida em todos os rácios de liquidez geral e reduzida, e;
- no sentido inverso, temos um aumento do Fundo de Maneio, resultante do aumento dos ativos correntes superior ao aumento dos passivos correntes
- descida de 20% do indicador de solvabilidade (Património líquido / Passivo total), em relação a 2020.

2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresentamos a evolução da dívida do Grupo Público (Município de Pombal e PMUGEST) reportada no Balanço Consolidado dos últimos 2 anos, estruturada entre dívida a

fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores, e os financiamentos obtidos de curto prazo e de médio/longo prazo.

Gráfico - Evolução da Dívida



A dívida consolidada a terceiros de curto, médio e longo prazo foi de € 4.838.308. Verifica-se um aumento de € 1.174.606 relativamente a 2020, correspondente a uma subida de 32%.

A Dívida a fornecedores, (que não considera as dívidas existentes entre Município de Pombal e a PMUGEST, para efeitos de consolidação das contas) tiveram um aumento de € 491.652, muito devido ao aumento verificado no Município de Pombal, na dívida a fornecedores em receção e conferência.

Os financiamentos obtidos, de m/longo prazos e de curto prazo, reportam a carteira de empréstimos contratados aos bancos e ao INH, e os contributos para o Fundo de Eficiência Energética (FEE), cujos encargos de amortização, previstos serem liquidados em 2022, são classificados como sendo de curto prazo. O aumento verificado de mais 679.441, refere-se à diferença entre; a contratação do novo empréstimo bancário que, a data de 31/12/2021, já tinha recebido € 1.089.063, e a redução da dívida nos restantes empréstimos e do FEE, resultante das amortizações pagas em 2021, no montante de € 409.622.

Na rubrica "Outras contas a pagar" de curto prazo que, no Balanço, estão valorizadas em € 4.182.853,62 e € 4.330.499,01 para os anos de 2020 e 2021, não foram considerados os valores das Operações de Tesouraria de € 2.572.752,37 e € 2.890.530,68, que incluem as cauções prestadas pelos empreiteiros e fornecedores a favor do Município, não contando para efeitos de dívida de curto prazo, como também não foram considerados, em 2020 e em 2021, a soma dos valores dos acréscimos de gastos do Município e da PMUGest, no montante de € 1.514.261,07 e € 1.500.405,25, respetivamente, e que em SNC-AP, estão incluídos nesta rubrica das *Outras contas a pagar*.

Informação relativa a endividamento de médio e longo prazo

No ano de 2021, a situação do grupo público, face ao endividamento de médio e longo prazo é a seguinte:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio / longo			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo público consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	6	6=4-5
20.4/ 251 – SNC	3.539.631		3.539.631		3.539.631
Total	3.539.631		3.539.631		3.539.631

Informação relativa a dívida total de operações orçamentais

No ano de 2021, a dívida total consolidada de operações orçamentais (não inclui operações de tesouraria e o FEE-Fundo de Eficiência Energética) calculada de acordo com o nº 2 do Art. 52º da lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

DIVIDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS					
(MUNICÍPIO DE POMBAL)					
					ANO 2021
Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros b)			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo Autarquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	5=2+3+4	6	7=5-6
Divida media / longo prazo					
Empréstimos Bancarios m/l pr	3.525.834		3.525.834		3.525.834
Divida de curto prazo					
Fornecedores c/c	1.070.726	74.555	1.145.281	59.438	1.085.844
Fornecedores de imobilizado	6.792		6.792		6.792
Outros credores	21.250	1.241	22.491		22.491
Estado	121.949	51.303	173.252		173.252
Contributos de SM, AM e SEI	159.162		159.162		159.162
Total	4.905.714	127.099	5.032.814	59.438	4.973.376

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo
b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

3. EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Publico, apresentava o seguinte número de trabalhadores, afetos a cada uma das Entidades:

- **Município de Pombal**

Número de Trabalhadores: 521

- **PMUGest, E.M.**

Número de Trabalhadores: 75

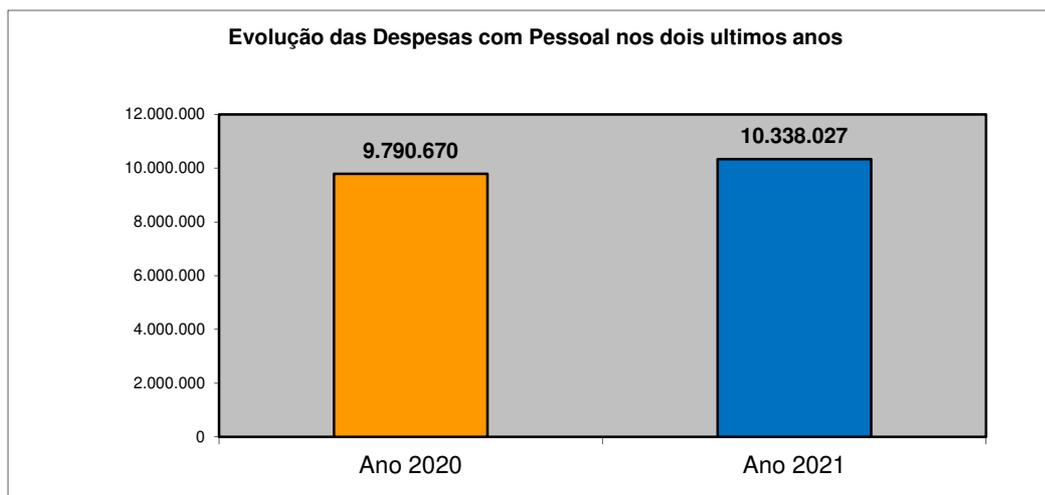
Em 31 de dezembro de 2020, o Município de Pombal e a PMUGest tinham, respetivamente, 509 e 76 trabalhadores.

Verificou-se um aumento de 12 trabalhadores no Município de Pombal e de menos 1 trabalhador na PMUGest. Ambas as entidades viram as despesas com o seu pessoal aumentar em relação a 2020.

As despesas com Pessoal estão inscritas no mapa de Demonstração de Resultados Consolidados, na rubrica *Gastos com Pessoal*.

A sua evolução nos dois últimos anos é a seguinte.

Gráfico - Evolução das Despesas consolidadas com Pessoal (Município e PMUGEST)



O Município de Pombal, com gastos com pessoal de € 9.278.265 em 2021, teve um aumento de 5,05%, e a PMUGEST com gastos com pessoal de € 1.059.762, teve um aumento de 10,57%.

Com os aumentos verificados em ambas as entidades, resultou num aumento das despesas totais consolidadas, em mais 5,59%.

4. OUTRAS DISPOSIÇÕES

4.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ATIVIDADE

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, nomeadamente, no Orçamento para 2022, e nas Opções do Plano para o quinquénio de 2022 a 2026, devidamente aprovado em Assembleia Municipal.

4.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes pós a data de encerramento do exercício.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5. BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente		233.594.722,16	235.365.640,38
Ativos fixos tangíveis	10.5	219.667.622,21	221.864.164,49
Propriedades de investimento	10.7	12.061.812,66	11.476.928,63
Ativos intangíveis	10.3	45.210,65	70.466,77
Participações financeiras		1.709.808,02	1.841.184,77
Outros Investimentos financeiros		13.491,62	10.394,29
Outras contas a receber		96.777,00	102.501,43
Ativo corrente		18.080.458,37	17.223.231,08
Inventários	10.8	145.070,55	138.358,55
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4.120.089,27	2.919.671,38
Clientes, contribuintes e utentes		1.369.570,57	1.764.723,40
Estado e outros entes públicos		1.064.460,05	838.753,61
Outras contas a receber		688.341,89	643.324,16
Diferimentos		39.808,36	45.592,93
Caixa e depósitos	10.1	10.653.117,68	10.872.807,05
Total Ativo		251.675.180,53	252.588.871,46
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		239.117.460,52	242.436.076,48
Património/Capital		50.462.719,21	48.827.503,10
Reservas		5.317.894,04	5.238.968,28
Resultados transitados		116.264.171,45	118.513.047,98
Ajustamentos em ativos financeiros		660.235,27	843.602,20
Outras variações no património líquido		65.250.573,76	67.434.439,79
Resultado líquido do período		1.161.866,79	1.578.515,13
Total do Património Líquido		239.117.460,52	242.436.076,48
PASSIVO			
Passivo não corrente		6.409.174,70	4.711.448,40
Provisões	10.11	2.514.712,59	2.248.758,01
Financiamentos obtidos	10.6	3.068.555,33	2.462.425,95
Diferimentos		825.906,78	0,00
Outras contas a pagar		0,00	264,44
Passivo corrente		6.148.545,31	5.441.346,58
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		5.500,00	1.300,00
Fornecedores		1.085.843,60	594.191,65
Estado e outros entes público		195.701,55	204.972,14
Financiamentos obtidos	10.6	471.075,34	397.763,78
Fornecedores de investimentos		6.791,95	
Outras contas a pagar		4.330.499,01	4.182.853,62
Diferimentos		53.133,86	60.265,39
Total do passivo		12.557.720,01	10.152.794,98
Total do património líquido e do passivo		251.675.180,53	252.588.871,46

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

	Notas	Ano 2021	Ano 2020
Impostos, contribuições e taxas	10.14.1	12 107 722,03	11 519 214,80
Vendas	10.14.1	1 840 934,11	1 730 782,81
Prestações de serviços e concessões	10.14.1	5 127 144,70	4 698 465,59
Transferências e subsídios correntes obtidos	10.14.1	17 169 378,99	14 961 118,08
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	10.14.1	51 022,94	95 064,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.14.2	-190 658,15	-158 825,52
Fornecimentos e serviços externos	10.14.3	-10 923 031,93	-10 283 387,28
Gastos com pessoal	10.14.4	-10 338 027,47	-9 790 670,01
Transferências e subsídios concedidos	10.14.2	-8 962 412,00	-6 291 769,68
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.14.2	-80 485,51	9 015,79
Aumentos / reduções de justo valor	10.14.1	106,20	623,97
Provisões (aumentos/reduções)	10.14.2	-266 203,98	-355 304,67
Outros rendimentos	10.14.1	8 518 778,12	10 627 703,61
Outros gastos		-1 905 670,72	-1 045 075,06
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		12 148 597,33	15 716 956,47
Gastos/reversões de depreciação e amortização	10.14.2	-10 935 727,93	-14 131 489,03
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 212 869,40	1 585 467,44
Juros e rendimentos similares obtidos	10.14.1	3 665,64	45 125,50
Juros e gastos similares suportados	10.14.2	-48 716,56	-45 214,23
Resultado antes de impostos		1 167 818,48	1 585 378,71
Imposto sobre o rendimento do período		-5 951,69	-6 863,58
Resultado líquido do período		1 161 866,79	1 578 515,13

7. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

O mapa que se segue, demonstra o mapa de fluxos de caixa (Recebimentos e Pagamentos) consolidados de operações orçamentais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 424 312,24	1 127 039,29
Recebimentos de contribuintes		11 543 045,79	11 049 789,51
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		15 235 160,13	14 972 348,40
Recebimentos de utentes		753 574,09	503 375,24
Pagamentos a fornecedores		-10 516 637,78	-9 567 410,12
Pagamentos ao pessoal		-10 021 276,36	-9 528 127,61
Pagamentos a contribuintes / Utes		-450,32	-1 984,63
Pagamentos de transferências e subsídios		-5 053 865,57	-3 584 988,22
Caixa gerada pelas operações		3 363 862,22	4 970 041,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5 172,40	97,68
Outros recebimentos/pagamentos		5 415 061,52	1 816 226,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		8 773 751,34	6 786 366,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-15 375 298,86	-12 792 635,31
Pagamentos - Ativos intangíveis		-13 845,09	-175 188,46
Pagamentos - Investimentos Financeiros		-3 480,86	-2 829,12
Pagamentos - Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		77 948,09	23 788,26
Recebimentos - Investimentos financeiros		383,53	784,60
Recebimentos - Propriedades de Investimento		2 174 720,49	2 095 837,18
Recebimentos - Transferências de capital		3 419 134,53	4 224 418,20
Recebimentos - juros e rendimentos similares		83,64	83,67
Recebimentos - Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-9 720 354,53	-6 625 740,98
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 089 063,23	14 986 623,86
Recebimentos - Outras operações de financiamento		3 665,64	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-340 917,20	-25 668,73
Pagamentos - Juros e gastos similares		-24 897,85	-6 324 354,05
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		726 913,82	8 244 667,88
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-219 689,37	8 405 293,01
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		10 872 807,05	10 604 378,99
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 653 117,68	10 872 807,05
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		10 872 807,05	10 604 378,99
Saldo da gerência anterior (SGA)		10 872 807,05	10 604 378,99
SGA De execução orçamental		8 298 879,68	8 088 223,46
SGA De operações de tesouraria		2 573 927,37	2 516 155,53
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 653 117,68	10 872 807,05
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	10.1	10 653 117,68	10 872 807,05
SGS De execução orçamental		7 761 412,00	8 298 879,68
SGS De operações de tesouraria		2 891 705,68	2 573 927,37

8. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		48.827.503,10				5.238.968,28	118.513.047,98	843.602,20			67.434.439,79	1.578.515,13	242.436.076,48		242.436.076,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		1.635.216,11				78.925,76	-37.086,74	-183.366,93			4.982.658,92	-1.578.515,13	4.897.831,99		4.897.831,99
Ajustamentos de transição de referencial								-183.366,93					-183.366,93		-183.366,93
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital										4.982.658,92			4.982.658,92		4.982.658,92
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		1.635.216,11				78.925,76	-37.086,74					-1.578.515,13	98.540,00		98.540,00
Correção de erros materiais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												1.161.866,79	1.161.866,79		1.161.866,79
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												-416.648,34	-416.648,34		-416.648,34
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO															
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Subscrições de prémios de emissão															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		50.462.719,21				5.317.894,04	116.264.171,45	660.235,27			65.250.573,76	1.161.866,79	239.117.460,52		239.117.460,52

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Entidades incluídas na consolidação

O DL 192/2015 de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, estabelece, no nº 3 do Artº 7º que, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Em 2021, não houve alterações no designado perímetro de consolidação, mantendo-se as mesmas entidades que foram sujeitas a consolidação desde 2015.

Nestes termos, e de acordo com o referido Artº 75º, promoveu-se a consolidação das contas de 2021, com a única entidade incluída no perímetro de consolidação do Município, a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Assim, o perímetro de consolidação do Município de Pombal integra as seguintes entidades:

- Denominação: Município de Pombal
Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
Número de Trabalhadores: 521
- Denominação: PMUGest, E.M.
Sede: Rua do Lourçal, 21 r/c, 3100-428 Pombal
Participação no capital: 100%
Número de Trabalhadores: 75

Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- **Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, SA**
Sede: Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165 - 3105-902 POMBAL
Participação no capital: 25 %

Outras entidades associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

- **Denominação: Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA**
Sede: Quinta do Banco - Parceiros - Apartado 157 - 2416-902 LEIRIA
Participação no capital: 9,52%
- **Denominação: Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA**
Sede: Av. dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54 - Apartado 684, 3800-365 AVEIRO

Participação no capital: 0,04 %

- **Denominação: MAPICENTRO-Soc. Abate, Com., Transf. Carnes Subprodutos, S.A**
Sede: Apartado 534 - Ponte das Mestras - 2401-975 LEIRIA
Participação no capital: 0,01 %
- **Denominação: FAM – Fundo de Apoio Municipal**
Sede: Rua Tenente Espanca, 20- 1050-223 LISBOA
Participação no capital: 0,17 %

10. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras consolidadas em análise.

O balanço e a demonstração de resultados consolidados de 2021, e a informação relativa ao ano anterior, foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de Pombal, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, com exceção das referidas no parágrafo anterior.

B) Comparabilidade

Em 2021, o Município, aplica o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contábilístico ocorreu em 1 de janeiro de 2020.

C) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os saldos consignados em dezembro de 2021 correspondem a 3.114.470,18 € e são relativos a receita recebida do Programa comunitario FEDER, no montante de € 1.535.070,26 e do Programa comunitario FUNDO DE COESÃO no montante de € 1.579.399,92, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

10.1. VALORES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2020 e 2021.

VALORES CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS CONSOLIDADOS		
	TOTAL	
	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	3.202,23	3.240,89
Depósitos à ordem	4.537.548,25	6.103.085,57
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à Ordem	4.537.548,25	6.103.085,57
Depósitos a prazo	120.000,00	120.000,00
Depósitos consignados	3.114.470,18	2.093.135,74
Depósitos de garantias e cauções	2.877.897,02	2.553.344,85
Total de caixa e depósitos	10.653.117,68	10.872.807,05

Em resultado dos diferentes perimetros de consolidação, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponderá ao saldo de gerência, pelo que se apresenta abaixo o desdobramento do saldo de caixa:

Desdobramento saldo caixa	Saldo Município	Saldo PMU	Consolidado
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10 199 350,34 €	673 456,71 €	10 872 807,05 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	10 199 350,34 €		10 199 350,34 €
SGA De execução orçamental	7 625 422,97 €		7 625 422,97 €
SGA De operações de tesouraria	2 573 927,37 €		2 573 927,37 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	9 942 902,00 €	710 215,68 €	10 653 117,68 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	9 942 902,00 €		9 942 902,00 €
SGS De execução orçamental	7 051 196,32 €		7 051 196,32 €
SGS De operações de tesouraria	2 891 705,68 €		2 891 705,68 €

10.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

10.2.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consciência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

O euro é a moeda funcional de apresentação.

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Propriedades de investimento

O Grupo Público contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao grupo.

As propriedades de investimento do grupo público encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Grupo Público seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da

atividade normal do Grupo Público, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, na componente capital, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Grupo Público tem direito, são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Público racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

10.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

Quadro – Quantia escriturada no início e no fim do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições
	Ativos Intangíveis	70.466,77	848,70						- 26.104,82		45.210,65
AI1	Ativos intangíveis de domínio público,										
AI2	Goodwill	7.500,00							- 1.500,00		6.000,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	8.167,20	848,70						- 4.225,05		4.790,85
AI4	Programas de computador e sistemas	54.394,68							- 20.320,23		34.074,45
AI5	Propriedade industrial e intelectual	- 5.671,31							- 59,54		- 5.730,85
AI6	Outros	6.076,20									6.076,20
AI7	Ativos intangíveis em curso										
	TOTAL	70.466,77	848,70						- 26.104,82		45.210,65

Quadro – Adições

Rubrica	Designação	Adições										Total
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/p	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestrutura	Outras		
	Ativos Intangíveis		848,70									848,70
AI1	Ativos intangíveis de domínio público,											
AI2	Goodwill											
AI3	Projetos de desenvolvimento		848,70									848,70
AI4	Programas de computador e sistemas											
AI5	Propriedade industrial e intelectual											
AI6	Outros											
AI7	Ativos intangíveis em curso											
	TOTAL		848,70									848,70

10.4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via publica na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

De referir que ainda não estão concluídas as melhorias efetuadas pelo concessionário do ativo Quinta de Sant'Ana e, como tal, não aumentou a vida útil do imóvel.

De referir também, que os rendimentos da concessão de serviços são reconhecidos de acordo com a NCP13 – Rendimentos de transações com contra-prestação.

10.5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia	Variações no							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências	Revaloriz	Reversões de	Perdas por	Depreciações	Diferenç		Diminuições
Bens de domínio público, património histórico,	108.073.837,11	6.084.581,52	2.192.129,14				- 6.297.388,70			110.053.159,07
Terrenos e recursos naturais	211.922,18									211.922,18
Edifícios e outras construções	1.196.078,78	111.871,78					- 32.236,40			1.275.714,16
Infraestruturas	100.808.761,22	5.943.319,73	2.192.129,14				- 6.264.675,66			102.679.534,43
Património histórico, artístico e cultural	42.401,30	29.390,01					- 476,64			71.314,67
Outros	5.814.673,63									5.814.673,63
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	113.790.327,38	25.656.543,36	- 3.397.433,19				- 2.751.612,89		- 23.683.361,52	109.614.463,14
Terrenos e recursos naturais	20.991.285,48	16.199.253,71							- 6.018.916,00	31.171.623,19
Edifícios e outras construções	69.157.927,26	- 6.436.829,93	294.082,12				- 1.130.893,22		- 3.565.322,57	58.318.963,66
Equipamento básico	2.565.121,16	895.838,21					- 972.034,30		- 67.726,35	2.421.198,72
Equipamento de transporte	1.181.595,61	547.971,04					- 319.588,90			1.409.977,75
Equipamento administrativo	484.898,73	139.447,24					- 179.353,74		- 12.451,90	432.540,33
Equipamentos biológicos										
Outros	571.806,26	329.612,80	2.616,15				- 149.742,73		- 450,00	753.842,48
Ativos fixos tangíveis em curso	18.837.692,88	13.981.250,29	- 3.694.131,46						- 14.018.494,70	15.106.317,01
TOTAL	221.864.164,49	31.741.124,88	- 1.205.304,05				- 9.049.001,59		- 23.683.361,52	219.667.622,21

Os ativos fixos tangíveis em curso são, na sua maioria, de bens de domínio público, no montante de € 10.946.137,47.

Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, Terrenos e recursos naturais		6.784.180,47								- 699.598,95	6.084.581,52
Edifícios e outras construções		111.871,78									111.871,78
Infraestruturas		6.642.918,68								- 699.598,95	5.943.319,73
Patrimônio histórico, artístico e cultural		29.390,01									29.390,01
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		36.100.740,07		300.160,00						- 10.744.356,71	25.656.543,36
Terrenos e recursos naturais		15.031.166,91								1.168.086,80	16.199.253,71
Edifícios e outras construções		5.149.832,90		300.160,00						- 11.886.822,83	- 6.436.829,93
Equipamento básico		897.101,60								- 1.263,39	895.838,21
Equipamento de transporte		572.328,33								- 24.357,29	547.971,04
Equipamento administrativo		139.447,24									139.447,24
Equipamentos biológicos											
Outros		329.612,80									329.612,80
Ativos fixos tangíveis em curso		13.981.250,29									13.981.250,29
TOTAL		42.884.920,54		300.160,00						- 11.443.955,66	31.741.124,88

Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	- 2.431.510,00	- 5.019.669,57			- 16.232.181,95	- 23.683.361,52
Terrenos e recursos naturais	- 2.431.510,00	- 3.067.170,00			- 520.236,00	- 6.018.916,00
Edifícios e outras construções		- 1.952.499,57			- 1.612.823,00	- 3.565.322,57
Equipamento básico					- 67.726,35	- 67.726,35
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					- 12.451,90	- 12.451,90
Equipamentos biológicos						
Outros					- 450,00	- 450,00
Ativos fixos tangíveis em curso					- 14.018.494,70	- 14.018.494,70
TOTAL	- 2.431.510,00	- 5.019.669,57			- 16.232.181,95	- 23.683.361,52

10.6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A rubrica de financiamentos obtidos detalha-se da seguinte forma:

Mapa – Financiamentos obtidos

Tipo de Empréstimo	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	VISTO DO TC		Finalidade do Empréstimo	CAPITAL		PAGAMENTOS EFETUADOS					CAPITAL EM DÉVIDA NO ANO N		
				N.º registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros		Em 01.01	Em 31.12	
									Até N	Ano N	Prev. após N	Até N	Ano N			Prev. após N
Médio e Longo Prazo																
Não isentos																
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	13/06/2003	25	18	1875	22/09/2003	Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)	674.090,00	674.090,00	432.975,83	29.766,58	211.347,59	138.690,96	829,62	2.752,90	241.114,17	211.347,59
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	30/01/2009	15	12	235	02/04/2009	Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)	2.944.444,66	2.916.510,13	2.131.295,74	224.346,92	560.867,47	182.602,52			785.214,39	560.867,47
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	27/11/2020	20		2603	11/11/2020	Investimento (financiamento projectos não participados por fundos comunitários)	5.192.690,24	1.089.063,23			1.089.063,23		655,37	138.721,76		1.089.063,23
Médio e Longo Prazo																
Isentos																
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30/08/2001	25	20	1877	22/08/2003	Outros	661.740,21	302.548,00	225.545,11	15.288,07	61.714,82	74.290,77	268,73	777,98	77.002,89	61.714,82
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	07/07/2010	25	10	274	01/07/2010	Investimento (financiamento projectos participados por fundos comunitários)	5.000.000,00	2.681.116,87	961.705,24	116.570,28	1.602.841,35	297.330,64	16.412,85	103.868,76	1.719.411,63	1.602.841,35
TOTAL							14.472.965,11	7.663.328,23	3.751.521,92	385.971,85	3.525.834,46	692.914,89	18.166,57	246.121,40	2.822.743,08	3.525.834,46

A rubrica Financiamentos Obtidos do passivo corrente e não corrente do Balanço, apresenta o montante total de € 3.539.630,67. A diferença de € 13.796,21 relativamente ao valor global da dívida dos empréstimos acima identificados, reporta à dívida ao FEE – Fundo de Eficiência Energética.

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

10.7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro – Quantia escriturada no fim do período

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	11.476.928,63	1.113.480,79	228.885,48	- 757.482,24					12.061.812,66			
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais		2.842.050,00							2.842.050,00			
PI3	Edifícios e outras construções	11.476.928,63	- 1.728.569,21	228.885,48	- 757.482,24					9.219.762,66			
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em												
	TOTAL	11.476.928,63	1.113.480,79	228.885,48	- 757.482,24					12.061.812,66			

A PMUGEST, E.M , empresa considerada para efeitos de consolidação, não apresenta movimentos desta natureza.

10.8. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes durante o ano de 2021 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
Mercadorias	1.896,74	21.089,75	22.986,49						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	136.461,81	162.466,56	153.857,82						145.070,55
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	138.358,55	183.556,31	176.844,31						145.070,55

10.9. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

QUADRO – Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	31.12.2021	31.12.2020
Venda de bens	1.840.934,11	1.730.968,93
Prestação de serviços	5.127.144,70	4.698.465,59
Outros rendimentos	8.518.778,12	10.667.004,43
Juros	1.154,44	2.385,86
Dividendos ou distribuições similares	2.203,34	42.739,64
Total	15.490.214,71	17.141.564,45

10.10. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades publicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro – Rendimentos sem contraprestação.

Tipo de rendimento	31.12.2021	31.12.2020
Impostos diretos	9.176.814,97	8.871.651,21
Impostos indiretos	2.020.581,92	2.024.741,01
Taxas, multas e outras penalidades	910.325,14	622.822,58
Transferencias e subsídios correntes obtidos	17.169.378,99	14.961.118,09
Reversões	41.466,05	46.317,94
Total	29.318.567,07	26.526.650,83

10.11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.514.712,59€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada Final
		Reforços	Aumento da quantia escriturada	Outros aumentos	Total dos Aumentos	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	2.248.758,01		307.670,03		307.670,03	41.466,05	249,10	41.715,15	2.514.712,89
Matérias Ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
Total	2.248.758,01	0,00	307.670,03	0,00	307.670,03	41.466,05	249,10	41.715,15	2.514.712,89

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo 494/13.4BELRA	171.818,80
Processo n.º 120/16.0BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 575/18.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 583/18.9BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	5.000,01
Processo n.º 2250/18.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 377/19.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 825/19.3BELRA– Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50.000,00
Proc. 1166/14.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	10.488,64
Processo n.º 1213/14.3TBPBL-F- Comarca de Leiria - 2.ª Secção de Execução – J1	7.525,00
Processo n.º 355/19.3 BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra	30.000,01
Total passivos contingentes	424.832,51

A PMUGEST, E.M, não apresenta movimentos desta natureza.

10.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço consolidado que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras concolidadas de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

10.13. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Grupo Público tem participação nas seguintes entidades.

MUNICÍPIO DE POMBAL
MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20.500.000,00	7.810,00	0,04%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2.000.000,00	190.400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600.000,00	150.000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes,	501638938	Leiria	Societária	2.285.000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	650.000.000,00	1.110.600,00	0,17%

Divulgação de transações entre partes relacionadas

Não ocorreram transações com as partes relacionadas, em 2021.

10.14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

10.14.1. RENDIMENTOS E GANHOS

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2021 é detalhado conforme se segue:

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2021	Ano 2020	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	12.107.722,03	11.519.214,80	588.507,23	5%
Vendas	1.840.934,11	1.730.782,81	110.151,30	6%
Prestações de serviços e concessões	5.127.144,70	4.698.465,59	428.679,11	9%
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	51.022,94	55.476,25	-4.453,31	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	17.169.378,99	14.961.118,08	2.208.260,91	15%
Imparidade de dívidas (reversões)	0,00	9.015,79	-9.015,79	-
Ganhos por aumentos de justo valor	106,20	623,97	-517,77	-
Outros rendimentos	8.518.778,12	10.667.291,40	-2.148.513,28	-20%
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	3.665,64	45.125,50	-41.459,86	-92%
Totais	44.818.752,73	43.687.114,19	1.131.638,54	3%

10.14.2. GASTOS E PERDAS

O valor dos gastos reconhecidos em 2021 é detalhado conforme se segue:

Gastos e perdas	Ano 2021	Ano 2020	Variação	
			Valor	%
Transferências e subsídios concedidos	8.962.412,00	6.291.769,68	2.670.642,32	42%
Custo das merc.vend.mat.consumidas	190.658,15	158.825,52	31.832,63	20%
Fornecimentos e serviços externos	10.923.031,93	10.283.387,28	639.644,65	6%
Gastos com o pessoal	10.338.027,47	9.790.670,01	547.357,46	6%
Gastos de depreciação e de amortização	10.935.727,93	14.131.489,03	-3.195.761,10	-23%
Imparidade de dívidas (perdas)	80.485,51	0,00	80.485,51	#DIV/0!
Provisões	266.203,98	355.304,67	-89.100,69	-25%
Outros gastos	1.905.670,72	1.045.075,06	860.595,66	82%
Gastos por juros e outros encargos	48.716,56	45.214,23	3.502,33	8%
Totais	43.650.934,25	42.101.735,48	1.549.198,77	4%

Ao valor total de € 43.650.934,25 acresce o imposto sobre o rendimento do período, no montante de € 5.951,69.

10.14.3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O valor dos fornecimentos e serviços externos reconhecidos em 2021 é detalhado conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	Ano 2021	Ano 2020	Variação	
			Valor	%
Subcontratos e parcerias	179.422,67	77.560,21	101.862,46	-
Serviços especializados	3.007.724,00	2.837.031,71	170.692,29	6%
Materiais de consumo	1.071.088,95	972.477,00	98.611,95	10%
Energia e fluidos	2.811.214,03	2.491.004,98	320.209,05	13%
Deslocações, estadas e transportes	650.605,93	742.084,11	-91.478,18	-12%
Serviços diversos	3.202.976,35	3.163.229,27	39.747,08	1%
Totais	10.923.031,93	10.283.387,28	639.644,65	6%

10.14.4. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal	Ano 2021	Ano 2020	Variação	
			Valor	%
Remunerações Órgãos Autárquicos	198.108,67	217.652,31	-173.265,64	-80%
Remunerações Órgãos Sociais	44.386,67	44.396,21		
Remunerações do pessoal	7.856.243,14	7.224.041,65	632.201,49	9%
Pensões	45.668,95	44.895,90	773,05	2%
Encargos s/ Remunerações	1.779.712,07	1.881.081,73	-101.369,66	-5%
Seguros de acid. trab e doenças profis.	101.191,51	44.908,19	56.283,32	125%
Outros encargos sociais	312.716,46	333.694,02	-20.977,56	-6%
Totais	10.338.027,47	9.790.670,01	393.645,00	4%

10.14.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Informação relativa a endividamento de médio e longo prazo

No ano de 2021, a situação do Grupo Público, face ao endividamento de medio e longo prazo é a seguinte:

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(MUNICÍPIO DE POMBAL)

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio / longo			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo público consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	4=2+3	6	6=4-5
20.4/ 251 – SNC	3.539.631		3.539.631		3.539.631
Total	3.539.631		3.539.631		3.539.631

Informação relativa a dívida total de operações orçamentais

No ano de 2021, a dívida total consolidada de operações orçamentais (não inclui operações de tesouraria, o FAM e o FEE) calculada de acordo com o nº 2 do Art. 52º da lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

DIVÍDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS					
(MUNICÍPIO DE POMBAL)					
ANO 2021					
Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros b)			Eliminação de créditos / dívidas	Grupo Autárquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	TOTAL		
1	2	3	5=2+3+4	6	7=5-6
Divida media / longo prazo					
Empréstimos Bancários m/l pr	3.525.834		3.525.834		3.525.834
Divida de curto prazo					
Fornecedores c/c	1.070.726	74.555	1.145.281	59.438	1.085.844
Fornecedores de imobilizado	6.792		6.792		6.792
Outros credores	21.250	1.241	22.491		22.491
Estado	121.949	51.303	173.252		173.252
Contributos de SM, AM e SEI	159.162		159.162		159.162
Total	4.905.714	127.099	5.032.814	59.438	4.973.376

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Informação sobre saldos e fluxos financeiros

Os fluxos financeiros entre as entidades a consolidar, na ótica do Município, desagregam-se de acordo com o seguinte quadro:

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES A CONSOLIDAR										
(MUNICÍPIO DE POMBAL)										
ANO 2021										
Tipo de Fluxos	Município de Pombal / PMUGEST, EMM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	27.846,78		23.562,66	4.284,12					
Empréstimos										
Relações Comerciais	148.495,91	966.690,30		1.063.739,82	51.446,39	4.013,40	3.707,34		4.013,40	3.707,34
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	148.495,91	994.537,08	0,00	1.087.302,48	55.730,51	4.013,40	3.707,34		4.013,40	3.707,34

Informação relativa aos responsáveis de cada um dos Órgãos Executivos:

RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTAL

ENTIDADE CONSOLIDANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL			ANO
			2021
Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
ÓRGÃO EXECUTIVO			
Luis Diogo de Paiva Morão Alves Mateus	Presidente da Câmara	01.01.2021 a 17.10.2021	Av. Heróis do Ultramar, 49, 1.º Esq., 3100-462 Pombal
Pedro Filipe Silva Murtinho	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2021 a 17.10.2021	Urb. Quinta do Barroso, Lt 57 - 3150-292 Condeixa-a-Nova
Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral	Vereadora em regime de tempo inteiro	01.01.2021 a 17.10.2021	Rua Arq. Camilo Korrodi, n.º 18 - 3.º Dt.º, 3100-502 Pombal
Pedro Matos Martins	Vereador em regime de tempo inteiro	01.01.2021 a 17.10.2021	Rua Fidalgo Aprendiz, n.º 8 - 3100-388 Pombal
Ana Cristina Jorge Gonçalves	Vereadora	01.01.2021 a 17.10.2021	Rua Eng.º Vaz Morais, n.º 3 Bloco 1 fração N - 3100-532 Pombal
Pedro Francisco Pires Brilhante	Vereador	01.01.2021 a 17.10.2021	Av. Heróis do Ultramar, n.º 101, 2.º C, 3100-462 Pombal
Narciso Ferreira Mota	Vereador	01.01.2021 a 17.10.2021	Rua Capitão Antonio R. Paula Santos, Lt8 - 2.º - 2415-570 Leiria
Michael da Mota António	Vereador	01.01.2021 a 17.10.2021	Rua Soeira, s/n - Vale, 3100-309 Pombal
Odete Marise dos Santos Alves	Vereadora	01.01.2021 a 31.12.2021	Mouriscas, n.º 33 - 3100-353 Pombal
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão	Presidente da Câmara	18.10.2021 a 31.12.2021	Rua do Pinhal Lote 28 3ª-A, 3100-558 Pombal
Isabel Maria Rodrigues Marto	Vereadora em regime de tempo inteiro	18.10.2021 a 31.12.2021	Travessa da Alegria N.º 10, Mancos, 3100-352 Pombal
Gina Maria Estrela Domingues	Vereadora em regime de tempo inteiro	18.10.2021 a 31.12.2021	Urb. Primavera Lote 8 R/C Esq, Flandes, 3100-339 Pombal
Pedro Navega Ferreira	Vereador em regime de tempo inteiro	18.10.2021 a 31.12.2021	Rua Dr Bernardino Machado, Lt 15 - 2º Esq, Urb. Jardim das Oliveiras, 3100-573 Pombal
Catarina Pascoal Silva	Vereadora em regime de tempo inteiro	18.10.2021 a 31.12.2021	Rua Santo Antonio, N.º 83. Cavadas, 3105-160 Lourical
Luis Miguel das Neves Simões	Vereador	18.10.2021 a 31.12.2021	Rua Jose Santos Alves, Nº 16, 2º Dto, 3100-480 Pombal

ENTIDADE CONSOLIDADA: PMUGEST, E.M.

Nome	Órgão / Cargo	Período de Responsabilidade	Morada
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Jorge Eduardo Vieira da Silva	Presidente	01.01.2021 a 31.12.2021	Rua Décadas da Ásia Bloco 4 1º Dto, Caseirinhos, 3100-328 Pombal
Elisabete Gameiro João	Administradora	01.01.2021 a 31.12.2021	Rua Comandante Carlos Carvalho, n.º 130, 3100-519 Pombal,
Manuel Gomes Jordão Carreira	Administrador Executivo	01.01.2021 a 31.12.2021	Rua Senhora da Luz, n.º 7, Marinha da Guia, 3105-063 Carriço

10.14.6. COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2021

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE ALMAGREIRA	72.953,90			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DO LOURIÇAL	133.139,68			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE MEIRINHAS	89.889,62			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE VERMOIL	64.029,89			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE VILA CÃ	59.692,85			
IHRU - (2ª FASE)-2000.11.0112.2.00.9	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	15.595,03	15.595,03	15.595,03	15.595,03
IHRU - 2ª FASE-2002.11.0086.2.00.3	IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30.719,10	30.719,10	30.719,10	122.876,39
ENCARGOS COM EMPRESTIMO BANCARIO CONTRATADO À CCA. ADITAMENTO AO CONTRATO INICIAL, QUE ALTEROU O MONTANTE DE EMPRESTIMO PARA EUR.5.192.690,24.	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	88.875,15	301.665,43	300.737,84	4.678.946,49
Construção do Emissário da Redinha, e Redes de Saneamento de Galiana, Barreiras e Lugares Limítrofes (Construção da Rede de Saneamento Doméstico na Zona Centro e Norte da Freguesia de Redinha) / Const	JOSE MARQUES GRACIO, S.A.	1.914.668,88	690.111,35		
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 59062238259 DE 2.916.510,13	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE POMBAL	225.047,62	224.670,83	112.244,12	
Prestação de serviços jurídicos, em regime de avença - Unidade Jurídica - Processo nº 061/AJD/SA/21	TEOFILO ARAUJO DOS SANTOS	49.176,63			
Prestação de serviços médicos em regime de avença - Centro Médico do Trabalhador - Processo n.º 004/AJD/SA/21	CENTRO DE ENFERMAGEM AVENIDA POMBAL, LDA.	461,25			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICA, EM REGIME DE TAREFA - SERVIÇO DE VETERINÁRIA E SAÚDE PÚBLICA - CANIL MUNICIPAL DE POMBAL - PROCESSO N.º 012/AJD/SA/21	ANA SOFIA LOPES DA SILVA	2.767,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETO, EM REGIME DE AVENÇA e REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VÁRZEA e POMBAL PROCESSO N.º 025/AJD/SA/21	JOSE CARLOS FERREIRA VINHAS	4.428,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO ELETROTÉCNICO, EM REGIME DE AVENÇA e UNIDADE DE ÁGUAS - PROCESSO N.º 041/AJD/SA/21	Flavio Antunes Carvalho	1.599,00			
Prestação de serviços em regime de avença - Divisão de Administração e Finanças - Processo n.º 050/AJD/SA/21	RAFAELA SILVA ARAÚJO	17.712,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO CIVIL EM REGIME DE AVENÇA - ELAB, APRO IMPL MEDIDAS AUTOPROTEÇÃO ESPECIALIDADE SEG CONTRA INCÊNDIOS ED M - PROCESSO n.º 048/AJD/SA/21	MARIA LUISA FONSECA JANEIRO	14.206,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA EM REGIME DE TAREFA e ANO LETIVO DE 2021/2022 - PROCESSO N.º 005/CE/SA/21	EVA CORDEIRO CARRACO	6.457,50			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA EM REGIME DE TAREFA - ANO LETIVO DE 2021/2022 - PROCESSO N.º 005/CE/SA/21	FERNANDA MARIA JESUS	6.457,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA EM REGIME DE TAREFA - ANO LETIVO DE 2021/2022 - PROCESSO N.º 005/CE/SA/21	TERESA MARIA DA SILVA BEJA	6.457,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIADORA EM REGIME DE TAREFA - PROJETO 3ESC ç EDUCAÇÃO, SAÚDE, CIDADANIA - E8G - PROCESSO N.º 007/CE/SA/21	DEBORA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES	11.070,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME AVENÇA, PARA A ÁREA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO - UNIDADE DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES EXTERNAS - PROCESSO N.º 055/AJD/SA/21	PATRICIO DAVID DIONISIO MENDES	21.986,25			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS EM REGIME DE AVENÇA ç EQUIPA MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL ç PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR ç FASE II - PROCESSO N.º 003/CE/SA/21	ANA LUCIA FIGUEIREDO NEVES FONSECA FERREIRA	2.952,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS EM REGIME DE AVENÇA ç EQUIPA MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL ç PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - FASE II - PROCESSO N.º 003/CE/SA/21	CRISTIANA LEAL COUTO	2.952,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS EM REGIME DE AVENÇA - EQUIPA MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL - PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - FASE II - PROCESSO N.º 003/CE/SA/21	JOANA EDUARDA GUEDES FERREIRA MENDES	2.952,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS EM REGIME DE AVENÇA - EQUIPA MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL - PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - FASE II - PROCESSO N.º 003/CE/SA/21	NANCE PEREIRA QUINTA	2.952,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS EM REGIME DE AVENÇA - EQUIPA MULTIDISCIPLINAR MUNICIPAL - PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - FASE II - PROCESSO N.º 003/CE/SA/21	NELIA MARGARIDA MARQUES DOMINGUES RODRIGUES	2.952,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA EM REGIME DE AVENÇA - PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR (PIICIE II) - PROCESSO N.º 008/CE/SA/21	ANA FILIPA NUNES OLIVEIRA	15.498,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA - INTERVENÇÃO NA ÁREA DA NUTRIÇÃO - Processo n.º 015/AJD/SA/21	DANIELA CARDOSO DUARTE	4.059,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA - INTERVENÇÃO NA ÁREA DA NUTRIÇÃO - PROCESSO N.º 006/CE/SA/21	ANDREIA SOFIA MOTA ESTEVES	12.177,00			
Prestação de serviços de psicóloga clínica, em regime de avença - Programa Municipal de Protenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) - 2.º Ciclo - Processo n.º 003/AJD/SA/21	LARA MAGDA DANIEL LOPES CAROLINO	1.353,00			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
Prestação de serviços de mediadora, em regime de avença - Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar (PMPSE) - 2.º Ciclo - Processo n.º 004/CE/SA/21	SANDRA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS MOTA	3.382,50			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGA CLÍNICA, EM REGIME DE AVENÇA - PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Processo n.º 001/CE/SA/21	RITA DANIELA DOMINGUES GASPAR	2.706,00			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPEUTA DA FALA EM REGIME DE AVENÇA - PROJETO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Processo n.º 002/CE/SA/21	BRUNA MOTA ANTUNES	2.706,00			
Aquisição de Gasóleo de Aquecimento para as Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Pombal - Processo n.º 002/CPV/SA/21	HUGSAN - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LDA	6.766,03			
Aquisição de produtos para o refeitório municipal para 2021, 2022 e 2023 - Processo n.º 051/CPV/SA/20	DISTRIPOMBAL - SUPERMERCADO, S.A.	26.762,49	26.762,49		
Aquisição de frutos, legumes e hortaliças para o Refeitório Municipal 2021, 2022 e 2023 - Processo n.º 049/CPV/SA/20	ALFREDO JORGE VIEIRA MARQUES, LDA	13.467,67	13.467,67		
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS TRABALHADORES / COLABORADORES DO MUNICÍPIO DE POMBAL ; FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA O BIÊNIO 2021/2022 - Processo n.º 012/CPV/SA/21	NUVIPEL-HIGIENE E SEGURANÇA UNIPESOAAL LDA	20.842,74			
AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO DE PROTEÇÃO PARA OS TRABALHADORES / COLABORADORES DO MUNICÍPIO DE POMBAL ; FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA O BIÊNIO 2021/2022 - PROCESSO N.º 007/CPV/SA/21	NUVIPEL-HIGIENE E SEGURANÇA UNIPESOAAL LDA	41.121,69	5.482,90		
Aquisição de produtos químicos para o tratamento e desinfecção da água das Piscinas Cobertas Municipais - Processo n.º 024/CPV/SA/21	FLUIDRA PORTUGAL LDA	6.899,28			
Aquisição de frutas e hortícolas - Ano 2022 - Processo n.º 046/CPV/SA/21	HORACIO BARREIRO - FRUTAS, LDA.	59.923,75			
Fornecimento de energia elétrica em BTN, BTE e MT ao abrigo do Acordo Quadro ESPAP- Lote 6 - BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN)	ENDESA ENERGIA, S.A. - SUCURSAL PORTUGAL	609.499,18	152.374,79		
Fornecimento de energia elétrica em BTN, BTE e MT ao abrigo do Acordo Quadro ESPAP- Lote 6 - BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE)	ENDESA ENERGIA, S.A. - SUCURSAL PORTUGAL	619.297,15	214.824,28		
Fornecimento de energia elétrica em BTN, BTE e MT ao abrigo do Acordo Quadro ESPAP- Lote 6 - MEDIA TENSÃO(MT)	ENDESA ENERGIA, S.A. - SUCURSAL PORTUGAL	1.002.450,05	330.612,51		
Fornecimento de Gás Natural para as Instalações do Município de Pombal - Processo n.º 023/CPV/SA/20	GALP POWER S.A.	64.170,09			
Fornecimento de Gás Natural para as Instalações do Município de Pombal - Processo n.º 031/CPV/SA/21	GOLD ENERGY-COMERC. DE ENERGIA S.A.	146.734,63	110.043,97		
Prestação de serviços de conservação e limpeza em edifícios e infraestruturas municipais - Processo n.º 028/AJD/SA/21	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M.	107.307,60			
Fornecimento contínuo de equipamentos de 1ª Intervenção em Segurança Contra Incêndios (Extintores, Bocas de Incêndio tipo carretéis, Mantas ignífugas, Motobombas), incluindo manutenção e reparação -	SECILONGO UNIPESOAAL, LDA	2.017,20			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
Aquisição de Serviços de Beneficiação, Manutenção e Conservação de Espaços Verdes - Processo n.º 017/CPV/SA/21	AMBIRURBIS - LIMPZA E MANUTENCAO RURAL E URBANA LDA	38.043,32			
Aquisição da Prestação de Serviços Especializados de Manutenção e Condução das Instalações e Equipamentos de AVAC e AQS , em diversos Edifícios Municipais - Processo n.º 029/CPV/SA/21	JOAO JACINTO TOME, S.A.	41.484,86			
Aquisição de serviços de cópia e impressão para os estabelecimentos de ensino do concelho de Pombal para o triénio 2021-2024 - Processo n.º 036/CPV/SA/21	CUBIQUE SOLUTIONS, UNIPESOAL - LDA	10.286,41	10.286,41	4.872,85	
Aluguer de Contentores para as Instalações Provisórias de Valência de Ensino Superior ç, Processo n.º 003/CPB/SA/21	U.E.M. - EQUIPAMENTOS, LDA.	120.760,28	65.713,72		
Aquisição de serviços de comunicações de voz móvel, fixa, Internet, Telegestão e serviço de e-mail, para o triénio 2019_2022 - Processo n.º 005/CPB/SA/19	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA S.A	50.737,50			
Requisição de passes de transporte escolar em serviço regular de transporte de passageiros entre setembro 2021 a junho 2022 à RDL - Processo n.º 036/AJD/SA/21	RDL-RODOVIARIA DO LIS - LDA	101.760,00			
Requisição de passes de transporte escolar em serviço regular de transporte de passageiros entre setembro 2021 a junho 2022 à RBL - Processo n.º 037/AJD/SA/21	TRANSDEV - RODOVIARIA DA BEIRA LITORAL, SA	225.780,00			
Aquisição de Passes de Transporte Escolar em transporte ferroviário, entre setembro 2021 e junho de 2022, à CP - Processo n.º 042/AJD/SA/21	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E.P.	11.448,00			
Fornecimento Contínuo de serviços de aluguer de viaturas pesadas de passageiros para o ano de 2021 e o ano de 2022 - Processo n.º 003/CPV/SA/21	ARUNCA - VIAGENS E TURISMO, LDA	29.373,63			
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS - PROCESSO n.º 002/CPI/SA/20	FIDELIDADE COMPANHIA DE SEGUROS, SA	177.933,20			
Elaboração do projeto de execução da Variante de Albergaria dos Doze a Sul do aglomerado de Albergaria dos Doze - Processo n.º 037/CPV/SA/21	GIBB PORTUGAL -CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE S.A.	57.874,88			
Prestação de serviços de verificação das contas municipais para o ano de 2021 - Processo n.º 030/AJD/SA/21	VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS - SROC, LDA	4.305,00			
Aquisição de serviços de consultoria, cibersegurança, conformidade com a norma ISO/IEC27001 e privacidade e proteção de dados para continuidade de implementação do Regulamento Geral de Proteção de Da	VISIONWARE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	43.018,02	39.433,18		
Aquisição de serviços de publicidade - Processo n.º 039/CPV/SA/21	CRONICAS MAGICAS UNIPESOAL LDA	9.440,25			
Aquisição de serviços de criatividades, design e produção de suportes de comunicação - Processo n.º 040/CPV/SA/21	JORGE MANUEL FORTUNATO RAMOS-DESIGN E PUBLICIDADE, UNIPESOAL LDA	21.216,48			
Contratação dos Serviços de Vigilância e Segurança para o ano 2022 - Processo n.º 004/CPB/SA/21	GRUPO 8 - VIGILANCIA E PREVENCAO ELECTRONICA S.A.	263.177,98			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE CASTRAÇÃO E OVARIOTOMIAS A ANIMAIS DO CANIL MUNICIPAL E A FELINOS VÁDIOS DO CONCELHO DE POMBAL - PROCESSO N.º 022/CPV/SA/20	CENTRO VETERINARIO SRª DE BELÉM LDA	6.249,93			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
Aquisição de Plataforma de Gestão de Contratos de Energia - Processo n.º 024/CPV/SA/20	VIRTUAL POWER SOLUTIONS, S.A.	11.500,50	6.708,63		
Controlo preventivo de pragas urbanas - Processo n.º 038/CPV/SA/21	ANTICIMEX PORTUGAL, LDA	11.961,75	8.971,32		
Prestação de serviços de desativação de ninhos de vespa velutina - Processo n.º 022/CPV/SA/21	RATATUI-DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO LDA	3.198,01			
Aquisição de serviços de amostragem, de análises microbiológicas e físico-químicas de águas de consumo humano, águas subterrâneas, rios e ribeiros - Processo n.º 030/CPV/SA/20	ALS LIFE SCIENCES PORTUGAL, SA	24.047,73			
Compostagem e/ou valorização de lamas de ETAR - Fornecimento Contínuo - Processo n.º 002/CPB/SA/20	BIOSMART - SOLUCOES AMBIENTAIS, S.A.	38.964,27			
Aquisição de serviços de manutenção e de operação do Sistema de Gestão de Clientes das funções águas, saneamento e resíduos - AQUAMATRIX - Processo n.º 033/AJD/SA/21	EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.	42.508,80	42.508,80	19.483,20	
Prestação de Serviço de Printing e Finishing e Produção Digital de Documentos para Expedição Postal - Faturação dos serviços de águas, saneamento e resíduos - Processo n.º 025/CPV/SA/20	COPIDATA S.A.	10.627,20	7.084,80		
Contratação serviços Leitura contadores água abastecimento público-PROCESSO N.º 046/AJD/SA/21	CAPELEIRIA UNIPESSOAL, LDA.	14.278,15			
Aquisição de serviços de manutenção e limpeza em infra-estruturas públicas diversas e recolha e transporte de resíduos - IN HOUSE - Processo n.º 032/AJD/SA/21	PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M.	44.565,65			
Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho para os Trabalhadores do Município de Pombal - Aquisição do Serviço Externo - Processo n.º 018/CPV/SA/20	WORKVIEW - PREST.SERV. HIGIENE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, UNIPESSOAL, LDA	13.652,07			
Fornecimento de serviços de cópia e impressão para os vários serviços do Município para o triénio 2020-2023 - Processo n.º 043/CPV/SA/20	CUBIQUE SOLUTIONS, UNIPESSOAL - LDA	12.917,15	22.143,69		
Prestação de Serviços no âmbito do Plano Local para a Igualdade _ aprovação da candidatura n.º POISE-01-3422-FSE-000070 - Processo n.º 011/AJD/SA/21	INDICE-CONSULTORES, LDA	15.129,00			
Candidatura Rede de Territórios 5 Sentidos-CULTURA Notificação CENTRO-07-2114-FEDER-000274 - Processo n.º 018/AJD/SA/21	BYAR AUGMENT YOUR REALITY, LDA	2.457,54			
Candidatura Territórios 5 Sentidos - Contratação ADBD Comunicare - Processo n.º 038/AJD/SA/21	ADBDCOMMUNICARE, CONSULTORES ASSOCIADOS, LDA.	6.125,40			
Aquisição de serviços gráficos Candidatura Territórios 5 Sentidos - CENTRO-07-2114-FEDER-000274 - Processo n.º 023/AJD/SA/21	M CREATIVE CORP. - UNIPESSOAL LDA	4.024,77			
Contratação serviços de impressão gráfica - Candidatura Territórios 5 Sentidos - Processo n.º 052/AJD/SA/21	GRACAL-GRAFICA CALDENSE LDA	15.733,79			
Candidatura Territórios de Pedra - Contratação serviços artísticos e de coordenação para criação artística comunitária - Processo n.º 039/AJD/SA/21	PELE - ASSOCIACAO SOCIAL E CULTURAL	4.500,00			
Locação financeira (Leasing) para aquisição de quatro viaturas elétricas ligeiras de passageiros - Processo n.º 002/CPB/SA/21	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A.	31.288,25	31.288,25	31.288,24	28.611,71
PROTOCOLO REFERENTE AO PROJETO EXPERIMENTAL HAPPY CODE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUALDIM PAIS	7.440,00			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "VELHOS AMIGOS"	ATLAS - ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	2.425,95			
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO RELATIVO AO PROJETO "SAÚDE EM CASA"	FUNDAÇÃO OTILIA P.M.LOURENÇO E MARIDO DR.JOSÉ L. JUNIOR	4.222,23			
Apoio ao funcionamento da Universidade Sénior para o ano letivo 2021/2022	APRAP ASS.PENS, REF. E APOS. DE POMBAL	4.600,00			
PROJETO L.U.I.S.A.	IRMANDADE DA MISERICORDIA DA REDINHA	7.860,04	5.895,06		
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE ABIUL	57.808,90			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE CARNIDE	37.530,99			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE CARRIÇO	93.047,27			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE PELARIGA	34.296,45			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE POMBAL	337.277,17			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE REDINHA	46.718,40			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA	148.666,95			
ENCARGOS DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2021/2022	FREGUESIA DE SANTIAGO E S.SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE	107.524,10			
ENCARGOS COM EDUCAÇÃO - ANO LETIVO DE 2021/2022	A RIBEIRINHA - ASSOC. PAIS E ENCARREG. EDUC. ESC. CARNIDE	25.309,60			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO 2021/2022	ASSOCIAÇÃO DESP.REC.E CULT.MOITA DO BOI	15.120,92			
ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO - ANO LETIVO DE 2021/2022	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA PELARIGA	23.486,00			
Beneficiação de Bairros Sociais (Bairros Sociais S. João de Deus e Margens do Arunca)	PAECRO - PROJECTOS, ANÁLISE, ESTUDOS, CONST. E REABILITAÇÃO DE OBRAS, UNIP. LDA.	37.505,40			
Recuperação de edifícios escolares desactivados (Escola dos Casais do Porto)	CDF 2020, CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA	80.000,00			
Recuperação de edifícios escolares desactivados (Requalificação e reabilitação do edifício escolar desativado de Vermoil)	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	63.573,89			
Recuperação de edifícios escolares desactivados (Requalificação e reabilitação do edifício escolar desativado de Vermoil) - Trabalhos complementares - Proc. n.º 39/2021	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	12.346,94			
Beneficiação e Reparação de Pavilhões Gimnodesportivos (Pavilhão das Meirinhas)	APLITINTA - PROTECÇÃO E REVESTIMENTOS DE BETAO LDA	226.295,79			
Outros Pavilhões (Requalificação de coberturas) ; Pavilhão Gimnodesportivo da Redinha e Pavilhão Gimnodesportivo de Albergaria dos Doze	CONJUNTURA INTENSA, LDA	37.000,00			
Construção da Escola EB1 e JI da Pelariga (Centro Escolar de Pelariga)	ALVAPE - CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, LDA	1.188.076,69			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
CIMU-SICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó	SOTEOL - SOCIEDADE TERRAPLANAGENS DO OESTE LDA	1.231.251,27			
Parque de Recolha de Monstros (Almagreira, Carriço, Louriçal, Mata Mourisca e Pelariga)	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDA	40.000,00			
Parque de Recolha de Monstros (Almagreira, Carriço, Louriçal, Mata Mourisca e Pelariga)- Trabalhos complementares - Proc. n.º 27/2021	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDA	15.215,08			
Contratação de Revisões, Manutenções e Reparações de Veículos Pesados - Processo n.º 041/CPV/SA/21	ANDREIAUTO - REPAR. DE AUTOMOVEIS, LDA	34.338,79			
Aquisição de Licenciamento de Informação Geográfica Municipal e serviços de Manutenção, Apoio Técnico e Atualização de Software (Renovação de Software de SIG) ç Processo n.º 047/AJD/SA/21	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRAFICA, SA.	28.754,65	28.754,66	19.169,77	
Lenda do Mouro Al-Pal-Omar - ROTA CULTURAL EM PLATAFORMA DIGITAL - Processo n.º 014/CPV/SA/21	EDIGMA, S.A.	14.425,54			
Fornecimento, instalação e colocação em serviço de parque e bicicletas para o sistema de bicicletas de uso partilhado - Processo n.º 001/CPB/SA/20	SOLTRAFEGO-SOL. TRANSITO, ESTACIONAMENTO E COMUNICAÇÕES S.A.	8.610,00			
Aquisição de serviços de sistema de georreferenciação (GPS) e gestão de frotas - Processo n.º 042/CPV/SA/20	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA S.A	11.379,96	11.379,96		
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VÁRZEA	DELFINO JESUS MARTINS & IRMAO LDA	1.169.523,69			
Arranjos e Passeios na Sede Freguesia Pelariga (Requalificação da Rua Principal e Largo da Capela da Machada)	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDA	264.682,00			
Requalificação do viaduto Eng.º Guilherme Santos (Fonte Luminosa até à Rotunda de acesso à Zona Industrial da Formiga)	MANUEL DA CONCEIÇÃO ANTUNES - CONSTR. E OBRAS PUBLICAS, SA	328.000,00			
Criação de bolsas periféricas de estacionamento (Encosta do Castelo)	VEIRABAR, LDA	170.000,00			
Arranjos e Passeios na sede de Freguesia de Alb. doze (Largo da Estação de Alb. doze) - Proc. n.º 05/2021	CONSTRUÇÕES DA CANCELINHA, LDA	138.000,00			
Projeto de Execução para a Requalificação do Centro de Vermoil - Processo n.º 032/CPV/SA/21	NOUTELL & SÁ MARQUES LDA.	48.216,00			
Outras construções e beneficiações de Emissários e Redes de Saneamento/Construção da rede de saneamento da Quinta de S. Lourenço (ampliação) e ligação do saneamento do campo de futebol do Vale da Égua	MAJOR SANTOS E FILHOS LDA	13.546,95			
Rede de saneamento domestico de Assanha da Paz, e Barros da Paz e zona envolvente	JOAQUIM RODRIGUES SILVA & FILHOS, LDA.	1.314.665,64			
CONSTRUÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO DO LUGAR DO CASAL DA ROLA	DELFINO JESUS MARTINS & IRMAO LDA	233.410,77			
Construção da rede de saneamento dos lugares de Ilha da Cima, Moitas Brancas, Ilha de Baixo, Rosados e Silvas	PINTO & BRAZ, LDA	250.395,67			
CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOS LUGARES DE FOZ, VALE DAS MOITAS, CARRIÇOS, BONITOS E SÃO JOÃO DA RIBEIRA	ILHAUGUSTO CONTRUÇÕES LDA	1.439.102,15			

Objeto do Contrato	Entidade	Compromissos Plurianuais			
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Anos Seguintes
Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Execução/ substituição de ramais de abastecimento público de água)	MAGNODIALOGO - UNIPESSOAL LDA	33.550,00			
Construção, Beneficiação e Reparação de Redes de Água (Reparação de roturas, aplicação/ substituição de válvulas de seccionamento, execução de ramais e de pequenas ampliações da rede de abastecimento)	SEGMENTO PROVAVEL - SERVIÇO E MANUTENÇÃO, LDA	165.440,00	132.352,00		
Remodelação/ Beneficiação da Adutora do Ourão (Captação e Distribuição de Água)	SEGMENTO PROVAVEL - SERVIÇO E MANUTENÇÃO, LDA	58.702,75			
Freguesia de Pombal / Asfaltagem de Estradas e Caminhos na Freguesia (Requalificação da Rua do Norte - Aduquete)	SOCITOP - UNIPESSOAL, LDA	182.044,22			
Beneficiação e Reparação de estradas e caminhos (Manutenção e Conservação corrente de vias municipais no concelho de Pombal)	SOCITOP - UNIPESSOAL, LDA	80.000,00			
EM 532-2 (Barrocas - Carvalhais - Roques - Boldrarias) [REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 532-2 -(S. FRANCISCO (ANTIGA PASSAGEM DE NÍVEL VERMOIL) - SANTIAGO DE LITÉM) E E.M. 532-1 (ROCIO - S. SIMÃO DE LITÉM)]Pro	SOCITOP - UNIPESSOAL, LDA	250.000,00			
Corredor Ribeirinho do Rio Arunca (Percurso Ribeirinho do Rio Arunca e Acessos a propriedades)	CARMO - ESTRUTURAS EM MADEIRA, SA	217.000,00			
PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO: OBRA COMPLETA POMBALINA	INSTITUTO EUROPEU DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES	30.000,00	30.000,00		
ENCARGOS COM CAPITAL E JUROS DO EMPRESTIMO BANCARIO 1971218830004 DE 2.681.116,87	BANCO BPI, SOCIEDADE ABERTA	134.952,42	133.578,05	132.203,69	264.040,60
ENTREGA AO FUNDO DE EFICIENCIA ENERGETICA, NO AMBITO DO CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDAS	FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	13.796,21			
		17.658.799,61	2.692.428,88	666.313,84	5.110.070,22

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO
FINANCEIRO DE 2021**

ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2021, que se contêm em 56 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, realizada em 23 de Junho de 2022.

O Presidente,

(Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão Santos, Dr.)

Os Vereadores:

(Isabel Maria Rodrigues Marto, Dr^a.)

(Odete Marise dos Santos Alves, Dr^a.)

(Gina Maria Estrela Domingues, Dr^a.)

(Pedro Navega Ferreira, Arq.)

(Catarina Pascoal Silva, Dr^a.)

(Luis Miguel das Neves Simões, Dr.)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2021, que antecedem e se contêm em 56 páginas, incluindo esta, devidamente numeradas, apreciadas em Assembleia Municipal de Pombal, em sua sessão ordinária do dia 29 de Junho de 2022.

O Presidente,

(Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto, Dr^a)

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

(João Manuel Carreira Conceicao Coucelo, Dr.)

(Maria Adelaide Pereira da Conceição, Dr^a.)



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Grupo Público Município de Pombal (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado, em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 251.675.181 euros e um total do património líquido de 239.117.461 euros), incluindo um resultado líquido de 1.161.867 euros), a demonstração consolidada de resultados, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo público Município de Pombal em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas

Bases para a opinião com reservas

O Grupo mensura as suas Propriedades de investimento (PI), em locação operacional (arrendamento), através do método do custo, todavia, define o SNC-AP, nomeadamente no seu parágrafo 6 e 36 da NCP 8, que as PI em regime de locação operacional são mensuradas ao justo valor. A não existência de uma avaliação independente das Propriedades de investimento, não nos permite identificar o impacto que a derrogação daquela norma teria nas demonstrações financeiras do Grupo, nessa medida, não estamos em condições de nos pronunciar, nem nos pronunciamos, acerca dessa rúbrica de balanço.

Durante o período de 2021 o grupo corrigiu o reconhecimento dos Edifícios e outras construções, quer os identificados como ativos fixos tangíveis, quer como Propriedades de investimento, separando para a rúbrica específica o valor dos terrenos onde estão implementados esses edifícios por não estarem sujeitos a depreciação. Esta correção deveria ter sido acompanhada da correção das depreciações em excesso ocorridas em anos anteriores subjacentes à parte identificada como terrenos e não sujeitas a depreciação. O impacto global desta distorção é de 4.810.485 Euros, sendo 4.171.339 Euros respeitante a Ativos fixos tangíveis e 639.146 Euros referente a Propriedades de investimento, pelo que tanto o Ativo como o Património líquido estão subavaliados naquele montante.

A entrada em vigor do SNC-AP trouxe novas exigências no âmbito das divulgações às demonstrações financeiras cuja adaptabilidade dos municípios tendo vindo a ser melhorada nesse aspeto e dentro do período de adaptação, todavia, nas Demonstrações financeiras consolidadas anexas ainda identificamos



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

alguns aspetos cuja divulgação não cumpriu na plenitude o determinado na “NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras”, nomeadamente:

- a) A Nota 10.5 não divulga as vidas uteis por cada classe de ativo, nem a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada;
- b) O Município não divulgou no que diz respeito às locações, os pagamentos mínimos quer na ótica de locador quer de locatário, bem como a divulgação dos acordos mais significativos de locação;
- c) Na Nota 10.7, à semelhança da Nota 10.5, e uma vez adotado o modelo do custo, não foram divulgadas as vidas uteis nem as quantias escrituradas brutas e a depreciação acumulada;
- d) Não foi feita a divulgação dos instrumentos financeiros nomeadamente no que diz respeito a devedores e contas a receber e credores e contas a pagar;

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 10.A) que, de acordo com a IPSAS 33, o GRUPO adotou o período de transição de 3 anos para algumas questões de maior dificuldade técnica, relacionadas com o reconhecimento na base do acréscimo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Autárquico MUNICÍPIO DE POMBAL de acordo com o SNC- AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do MUNICÍPIO DE POMBAL de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do MUNICÍPIO DE POMBAL;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do MUNICÍPIO para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o MUNICÍPIO descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Município de Pombal que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo Autárquico Município de Pombal. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Sobre o relatório de gestão

O GRUPO deu continuidade ao trabalho de preparação e implementação de um sistema de contabilidade de gestão que permita uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas. Contudo, a esta data ainda não apresenta o Relatório de Gestão preparado ao abrigo da NCP 27 – “Subsistema de contabilidade de gestão” em conformidade com o previsto na pág. 34. da referida norma

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de junho de 2022

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda
Representada por: Bruno Cabral da Trindade, ROC 1713